

RESOLUÇÃO CEPE/IFSC Nº 008, DE 12 DE ABRIL DE 2012 (*)

(*) REPUBLICADA EM 03/06/2014

() REPUBLICADA EM 21/07/2016**

Aprovar, *ad referendum*, a criação dos **Cursos Técnicos e de Especialização nos Campi do IFSC.**

De acordo com a Lei que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia LEI 11.892/2008, a Presidente do COLEGIADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CEPE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 8 do Regulamento Interno do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Santa Catarina RESOLUÇÃO Nº 21/2010/CS, e de acordo com as competências do CEPE previstas no artigo 12 do Regimento Geral do Instituto Federal de Santa Catarina RESOLUÇÃO Nº 54/2010/CS,

Considerando a impossibilidade de apreciação pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, a presidente do CEPE,

Resolve:

Aprovar, *ad referendum*, a criação dos seguintes cursos:

	Campus	Curso		Carga horária	Vagas totais	Turno de oferta
		Nível / Forma de oferta	Nome do Curso			
1.	Canoinhas	Técnico Concomitante	Informática	1200h	40	Noturno
2.	Garopaba	Técnico Concomitante/ Subsequente	Hospedagem	800h	36	Noturno
3.	Palhoça	Especialização	Educação de Surdos: aspectos políticos, culturais e pedagógicos	420h	32	Vespertino/ Noturno

ITEM 02 – REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 76/2019/CEPE/IFSC

(*) Reestruturação: no item 3, foi alterado o critério de seleção, que será efetuado mediante edital público e questionário socioeconômico; o pré-requisito para participar da seleção passará a ser a conclusão de qualquer curso de graduação. (REPUBLICADA EM 18/10/2012)

(*) Reestruturação: na reunião do dia 07/05/13, foi aprovada a reestruturação do curso Técnico Concomitante/Subsequente em Hospedagem, do Câmpus Garopaba, reduzindo o número de vagas de 36 para 30 vagas; alterando o turno de oferta de noturno para vespertino e modificando a matriz curricular. (REPUBLICADA EM 08/05/2013)

(*) Reestruturação: no ítem 3 foi acrescida 60 horas para a produção do TCC no quarto semestre, perfazendo um total de 420 horas/aula.

Florianópolis, 03 de junho de 2014.

DANIELA DE CARVALHO CARRELAS
Presidente do CEPE do IFSC

(**) ANEXO I

Considerando a apreciação pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, na reunião do dia 21 de julho de 2016, o Presidente do CEPE, Luiz Otávio Cabral, resolve autorizar as seguintes alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos do Câmpus Palhoça Bilíngue:

ITENS ALTERADOS:

Item 2: Dados do Curso

Atualização do Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social. Ampliação do Número de vagas de 32 para 40. Em decorrência da adaptação dos componentes curriculares ao sistema SIGAA o horário de frequência das aulas foram revisados passando para 12 encontros presenciais:

Nome do curso: Curso de Especialização em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos
Modalidade: Presencial
Área de Conhecimento da Capes: Tópicos Específicos de Educação (Educação Profissional e Educação Especial) Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social
Carga Horária: 360 horas para componentes curriculares; 60 horas para Trabalho de Conclusão de Curso; total de 420 horas
Periodicidade: transitória, de acordo com a demanda e disponibilidade da Instituição
Período: 4 semestres
Número de vagas: 40
Horário e frequência das aulas: Os encontros presenciais estão distribuídos ao longo dos semestres, totalizando 12 (doze) encontros presenciais por semestre, em 02 (dois) turnos, nos períodos vespertino e noturno (13:30 às 17:20 e 18:30 às 22:00) ofertado preferencialmente às sextas-feiras. Conforme demanda e disponibilidade do câmpus poderá haver alterações.

Item 2.3: Dados para preenchimento do certificado

Adoção da certificação intermediária conforme Resolução CEPE/IFSC nº 105/2011 republicada em 2016. (No projeto anterior correspondia ao item 20: Certificação):

Ao final do curso o aluno receberá a habilitação de Especialista em Educação de Surdos, com ênfase nos Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos.

Diploma da Habilitação Profissional

Eixo Tecnológico	Nome do Curso	Carga Horária	Nº de Semestre	Habilitação Profissional
Desenvolvimento Educacional e Social	Especialização em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos	420 h	4	Especialista em Educação de Surdos

Ao discente que não tenha integralizado o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) poderá solicitar a certificação intermediária de “Aperfeiçoamento em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos” com carga horária de 360 horas.

Certificação Intermediária

Eixo Tecnológico	Nome do Curso	Carga Horária	Nº de Semestre	Certificação
Desenvolvimento Educacional e Social	Especialização em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos	360 h	3	Aperfeiçoamento em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos

Item 3.5: Ingresso no curso

Foi realizada uma revisão na forma de ingresso. A análise socioeconômica foi incrementada com análise documental considerando aspectos linguísticos, acadêmicos e profissionais.

A Resolução CEPE/IFSC nº 105/2011 republicada em 2016 possibilita o reingresso para alunos desistentes do curso. Desta forma, será ofertada 5 (cinco) vagas divulgadas em edital. Esta mesma resolução prevê atualização nos requisitos de matrícula, onde foi adicionado o termo de uso do TCC. Este item no antigo projeto possuía tópico específico (Item 16.2: Requisitos para matrícula), passa a incorporar o item “Ingresso no curso” em decorrência do uso do novo formulário. (No projeto anterior correspondia ao item 16: Critério de seleção):

O ingresso ao curso poderá ocorrer da seguinte maneira:

a) Seleção de ingresso

A seleção será efetuada mediante edital público, por meio de **questionário socioeconômico e análise documental** considerando aspectos linguísticos, acadêmicos e profissionais.

Após o ranqueamento dos inscritos por meio do questionário socioeconômico, os 80 (oitenta) primeiros colocados (o dobro do número de vagas ofertadas) serão chamados para entrega de documentação. Esta documentação (experiência profissional, formação e produção acadêmica) será analisada por Comissão Interna de Seleção designada por portaria interna. Esta comissão será constituída pelo Coordenador de Curso e no mínimo 2 (dois) professores.

A inscrição e análise de documentos será realizada em calendário próprio divulgado no edital de ingresso.

b) Reingresso

O discente desistente do curso poderá solicitar reingresso quando for ofertada uma turma nova. Serão disponibilizadas 5 (cinco) vagas para reingresso que serão requeridas por meio de formulário próprio junto à Coordenação do Curso.

A solicitação de reingresso será analisada pela Comissão Interna de Ingresso. A comunicação do aceite do reingresso será realizada até o final da primeira semana de aula do curso.

O discente admitido por meio de reingresso deverá realizar as adaptações curriculares necessárias indicadas pela Comissão.

c) Matrícula

A matrícula será efetuada a partir dos seguintes requisitos:

I - Ter o diploma de graduação.

II - Ser classificado na seleção.

III - Comprovar documentação mencionada no processo de seleção, tais como: foto 3×4 (recente); documentação de conclusão de graduação; histórico escolar

de graduação; *curriculum vitae* no modelo *Lattes* documentado, datado e assinado; bem como outros documentos exigidos por edital específico.

IV - Aceitar as disposições regimentais do IFSC.

V - Aceitar e assinar o Termo de Licença Gratuita de Direito de Uso do TCC, conforme Resolução CEPE/IFSC nº105/2011 republicada em 2016.

Item 3.6: Desligamento do discente

Por adoção do novo formulário e em conformidade com as Resoluções CONSUP/IFSC nº 41/2014 e CEPE/IFSC nº105/2011 republicada em 2016 este item foi incluído:

O desligamento do discente ocorrerá conforme legislação vigente, a saber: Resolução CONSUP/IFSC nº41 de 20 de novembro de 2014 e Resolução CEPE/IFSC nº 105/2011 republicada em 2016.

O desligamento discente com o curso poderá ocorrer tanto por iniciativa do aluno quanto da instituição.

a) O desligamento do curso por iniciativa do aluno poderá ocorrer:

I - o cancelamento de matrícula por iniciativa do aluno será realizado a qualquer tempo, mediante requerimento protocolado endereçado à Coordenação de Curso acompanhado com recibo de débito com a biblioteca.

II - a apreciação do cancelamento será realizada pela Coordenação de Curso, que, caso julgue necessário, poderá solicitar parecer da Coordenação Pedagógica.

b) O cancelamento de matrícula de aluno por iniciativa do IFSC poderá ocorrer:

I - por substituição de outro candidato aprovado quando, nos primeiros 15 (quinze) dias letivos, o aluno da fase inicial do curso deixar de comparecer as aulas sem justificativa por um período de 5 (cinco) dias letivos consecutivos, ou a qualquer tempo, enquanto for possível chamar outro candidato para ocupar a vaga.

II - por abandono, a qualquer tempo, quando o aluno deixar de comparecer 5 (cinco) encontros consecutivos sem justificativa, desde que excluídas as possibilidades do inciso anterior.

III – por desistência, quando o aluno não fizer sua matrícula, conforme as especificações deste documento, ou não apresentar o TCC, conforme o prazo estipulado neste documento.

IV - por falta de documentação comprobatória ou descumprimento de outros itens do termo de matrícula condicional, estabelecidos em edital de ingresso;

V – por transgressão disciplinar grave ou infrações reincidentes aos dispositivos desse documento e do código de ética do aluno, dos quais se inclui a Lei de Plágio;

VI - por falecimento do aluno.

VII - por reprovação em pendência, inviabilizando o acompanhamento da turma de ingresso. Neste caso, o aluno poderá solicitar reingresso, sem necessidade de passar pelo processo seletivo, quando houver nova oferta do curso.

VIII - por expiração do período e integralização do curso e esgotadas as possibilidades de prorrogação conforme dispostas na Resolução CEPE/IFSC 105/2011 republicada em 2016;

Compete ao Núcleo Pedagógico, em parceria com a Coordenação de Curso acompanhar a frequência e informar a Coordenação de Registro Acadêmico as matrículas que devem ser canceladas.

O cancelamento por transgressão disciplinar será avaliado e deliberado por uma comissão composta por Direção ou Chefia de Ensino, Coordenação de Curso e Coordenação Pedagógica.

Item 4.1: Metodologia

Atualização deste item se fez em decorrência dos ajustes da carga horária dos componentes curriculares ao sistema SIGAA (Este item no antigo projeto correspondia ao item 13), conforme segue:

A organização curricular do curso propõe assegurar uma continuidade formativa, utilizando conhecimentos como etapa de um processo; para tanto, há necessidade de inter-relação entre os conhecimentos específicos por meio de uma metodologia voltada ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa. O curso propõe criar circunstâncias que levem o aluno à consciência de sua atuação social e, neste sentido, a formação profissional compreende, também, uma dimensão política que responda às questões atuais do reconhecimento das diferenças.

A concepção e a organização curricular serão permeadas pelos seguintes princípios:

Criticidade: condições de analisar o movimento conjuntural da sociedade, perceber as suas contradições e posicionar-se diante delas.

Pluralidade: abordagem de questões sobre diversos enfoques, considerando o avanço científico e tecnológico como possibilidade de amplo debate e caminho para desenvolver o conhecimento.

Interação: compartilhar experiências e conhecimentos existentes, ampliando o intercâmbio com outros segmentos da comunidade, especialmente relacionados às questões da inclusão social de surdos.

Os componentes curriculares foram organizados com base na experiência educacional bilíngue. O Seminário de Pesquisa, componente curricular central em espaço/tempo, trata da pesquisa conceitual e metodológica enquanto contribui à orientação do aluno ao seu trabalho final de curso, integrando os saberes abordados nas diversas Componentes Curriculares.

Os saberes de cada componente curricular serão construídos e consolidados continuamente na modalidade presencial e não presencial, de modo a se alcançar os objetivos propostos para o curso.

Trabalhos em equipe e outras metodologias também serão empregados para possibilitar a construção do conhecimento, a aquisição de novos valores e a apropriação dos objetivos previstos pelo curso.

Para ampliar e facilitar a interação entre os interlocutores do curso (alunos/professores/intérpretes) será utilizada a plataforma *moodle*.

O curso está estruturado em 80% da carga horária presencial e 20% não presencial. O percentual de atividades não presenciais serão destinadas área pesquisas, preparação de seminários, entre outras atividades orientadas pela equipe docente e deverão ser sistematizadas e acomodadas na plataforma *moodle*, bem como registro em diário de classe.

Os encontros presenciais serão distribuídos ao longo dos semestres, totalizando 12 (doze) encontros presenciais por semestre em calendário a ser divulgado pela Coordenação de Curso. Os encontros com duração de 55 minutos, serão ofertados preferencialmente às sextas-feiras, nos turnos vespertino e noturno (13:30 às 17:20 e 18:30 às 22:00). Conforme demanda e disponibilidade do câmpus, os turnos e horários poderão ser alterados.

A distribuição das horas/aula será organizada da seguinte forma: a) os componentes curriculares com carga horária de 60 horas terão 12(doze) encontros com 4 horas/aula; b) o componente curricular Surdo e Tradução de Língua de Sinais (40 horas) terá 8 (oito) encontros com 4 (quatro) aulas e; c) o componente curricular Seminário de Pesquisa consistirá de 8 (oito) encontros com 4 (quatro) aulas e 4 (quatro) encontros com 8 (oito) aulas.

Item 4.2 Matriz curricular

Adequação dos componentes curriculares com carga horária com múltiplos de 20 devido a migração para o sistema SIGAA. (No projeto anterior correspondia ao item 8: Carga Horária e Duração do Curso):

1º Semestre

Componente Curricular	C/H Semestral		
	Presencial	Não Presencial	Soma
História da Educação de Surdos	48	12	60
Cultura e Identidade Surda	48	12	60
Total	96 h	24 h	120h

2º Semestre

Componente Curricular	C/H Semestral		
	Presencial	Não Presencial	Soma
Aspectos Pedagógicos Aplicados à Educação de Surdos	48	12	60
Políticas Educacionais para Surdos	48	12	60
Total	96 h	24 h	120h

3º Semestre

Componente Curricular	C/H Semestral		
	Presencial	Não Presencial	Soma
Seminário de Pesquisa *	64	16	80
Surdo e Tradução de Língua de Sinais**	32	8	40
Total	96 h	24 h	120h

4º Semestre

Componente Curricular	C/H Semestral		
	Presencial	Não Presencial	Soma
Trabalho de Conclusão de Curso	12	48	60
Total	12 h	48 h	60h

* 8 encontros com 4 aulas e 4 encontros com 8 aulas

**8 encontros com 4 aulas

Item 4.3: Componentes curriculares

As ementas dos componentes curriculares foram ajustados em decorrência a adequação da carga horária com múltiplos de 20 devido à migração para o sistema SIGAA. Também foram adicionados os objetivos para os componentes curriculares (No antigo projeto correspondia ao item 10: Ementas) conforme segue:

Componente Curricular: História da Educação de Surdos	CH: 60
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Discutir os paradigmas sócio históricos do bilinguismo e suas políticas públicas; - Discutir elementos teórico-metodológicos para análise de propostas educacionais na perspectiva de educação-bílingue para surdo; - Debater aspectos pedagógicos aplicados à educação de surdos, seus desafios e perspectivas na atualidade; - Estabelecer relações entre os elementos teórico-metodológicos estudados e na prática do professor em sua escola; - Discutir a História, História da Educação e suas inter-relações com a História da Educação de Surdos. 	
<p>Conhecimentos</p> <p>A Educação de Surdos como um processo histórico em construção e suas diferentes representações. Aspectos da História e da Educação de Surdos da Antiguidade à Idade Moderna e seus pensadores. A inter-relação da História, História da Educação e História da Educação de Surdos. Implicações do Congresso de Milão para a Educação de Surdos. A trajetória da Educação de Surdos no Brasil e em Santa Catarina.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>CARVALHO, Paulo Vaz de. <i>Breve História dos Surdos no Mundo</i>. Lisboa: Surd'Universo, 2007.</p> <p>CHARTIER, Roger. <i>A História Cultural: Entre práticas e representações</i>. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.</p> <p>GOES, Maria Cecília Rafael de. <i>Linguagem, Surdez e Educação</i>. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.</p> <p>MANACORDA, Mário. <i>A História da Educação: da antiguidade aos nossos dias</i>. São Paulo: Cortez, 1999.</p> <p>MOURA, Maria Cecilia de. <i>O Surdo: Caminhos para uma Nova Identidade</i>. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.</p> <p>LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; GOES, Maria Cecília Rafael de. <i>Surdez: processos educativos e subjetividade</i>. São Paulo: Lovise, 2000.</p> <p>SKLIAR, Carlos. <i>Atualidade da educação bilíngue para surdos</i>. Porto Alegre: Mediação, 1999.</p> <p>SOARES, Maria Aparecida. <i>A Educação do Surdo no Brasil</i>. Campinas: Autores Associados. São Paulo: EDUSF, 1999.</p>	

Componente Curricular: Cultura e Identidade Surda	CH: 60
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender os aspectos culturais a partir das diferenças dos sujeitos surdos; - Conhecer as especificidades linguísticas do sujeito surdo; - Discutir aspectos sobre a identidade e cultura surda; - Distinguir sujeito surdo de deficiente auditivo; - Refletir a prática pedagógica a partir das concepções de cultura e identidade surda. 	
<p>Conhecimentos</p> <p>Conceitos de cultura e identidade aos estudos sobre cultura surda, surdez e identidade surda. Conceito sociológico de movimentos sociais. Estudos dos movimentos sociais surdos no Brasil e em Santa Catarina.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>BURKE, Peter. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.</p> <p>PERLIN, Gládis. <i>O lugar da cultura surda</i>. In: THOMA, Adriana da S. & LOPES, Maura C. A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.</p> <p>_____, Gládis. <i>Histórias de vida: identidade em questão. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em educação</i>, UFRGS, 1998.</p> <p>HALL, Stuart. <i>Identidades culturais na pós-modernidade</i>. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.</p> <p>JOHNSON, Richard. <i>O que é, afinal, Estudos culturais?</i> In: SILVA, Tomaz Tadeu da. O que é, afinal, Estudos Culturais? Belo Horizonte: Autêntica, 2000.</p> <p>KLEIN, Madalena. <i>Cultura surda e inclusão no mercado de trabalho</i>. In: THOMA, Adriana da S. &</p>	

LOPES, Maura C. A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

SILVA, Tomaz *Identidade e Diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 2 ed. Ver. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

Componente Curricular: Aspectos Pedagógicos Aplicados à Educação de Surdos	CH: 60
Objetivos: - Analisar teorias e práticas pedagógicas da educação de surdos na perspectiva bilíngue; - Pesquisar e debater as didáticas empregadas em instituições de ensino inclusivas e bilíngues. - Relacionar as principais fases do desenvolvimento infantil ao uso de materiais didáticos bilíngues; - Compreender contextos da educação infantil bilíngue a partir de noções teóricas de processos de aprendizagem.	
Conhecimentos: Elementos constitutivos da teoria e da prática pedagógica na Educação de Surdos. Problematização no processo de ensino aprendizagem para Educação de Surdos. O papel social da escola no contexto da Educação de Surdos. Possibilidades de organização do trabalho docente na perspectiva da educação inclusiva e do bilinguismo. O Português como segunda língua para o sujeito surdo.	
Bibliografia: BOTELHO, P. <i>Segredos e silêncio na educação dos surdos</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 1998. FERNANDES, Eulalia. <i>Problemas linguísticos e cognitivos do surdo</i> . Rio de Janeiro: Agir, 1990. _____. Língua de sinais e desenvolvimento cognitivo de crianças surdas. In: <i>Revista Espaço: informativo técnico-científico do INES</i> , Rio de Janeiro, nº 13, Jun/2000. FONSECA, V. <i>Aprender a aprender: a educabilidade cognitiva</i> . Porto Alegre: Artes Médicas. 1998. QUADROS, R. M. de. & PERLIN, G. T.T. Educação de surdos na escola inclusiva? In: <i>Revista Espaço: informe técnico científico do INES</i> , Rio de Janeiro, n.7, 1997, p. 35-40. QUADROS, R. M. de. <i>Educação de surdos: a aquisição da linguagem</i> . Porto Alegre: Artes Médicas. 1997. GÓES, M.C. R. de. <i>Linguagem, surdez e educação</i> . Campinas, SP: Autores Associados, 1999. GOLDFELD, M. <i>A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio- interacionista</i> . São Paulo: Plexus, 1997. LACERDA, C. B. F. de & GOES, M. C. R de (Orgs.) <i>Surdez: processos educativos e subjetividade</i> . São Paulo: Lovise, 2000. MACHADO, P. C. <i>A política de integração/inclusão e a aprendizagem dos surdos: um olhar do egresso surdo sobre a escola regular</i> . Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. MOURA, M. C. et al. <i>Língua de sinais e educação do surdo</i> . São Paulo: Tec Art, 1993 (Série de neuropsicologia;v.3) NOGUEIRA, M. Reflexões sobre um projeto piloto de educação com bilinguismo na pré- escola de surdos. In: <i>Revista Espaço: informativo técnico-científico do INES</i> , Rio de Janeiro, v.9 n.93, p.8-23, Jun.1998. SACKS, O. <i>Vendo vozes – uma viagem ao mundo dos surdos</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1989. SOUZA, R. M. de. <i>Que palavra te falta? Linguística, educação e surdez</i> . São Paulo: Martins Fontes,1998. SKLIAR, C. (Org.) <i>Educação & exclusão: abordagens sócio antropológicas em educação especial</i> . 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1997b. _____. (Org.) <i>Surdez: um olhar sobre as diferenças</i> . Porto Alegre: Mediação, 1998. _____. (Org.) <i>Atualidade da Educação bilíngue para surdos</i> . Porto Alegre: Mediação, 1999a. 1v. VASCONCELLOS, C. S. <i>Planejamento: plano de ensino aprendizagem e projeto educativo - elementos metodológicos para elaboração e realização</i> . São Paulo: Libertad, 2000. VYGOTSKY, L. & LÚRIA, A. R. <i>Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. VYGOTSKY, L.S. <i>Pensamento e Linguagem</i> . 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991b. _____. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKY, L.S.; LÚRIA, A. R.; LEONTEV, A. N. <i>Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem</i> . São Paulo: Ícone, 1998.	

Componente Curricular: Políticas Educacionais para Surdos	CH: 60
Objetivos: <ul style="list-style-type: none"> - Discutir os paradigmas sócio históricos do bilinguismo e suas política públicas; - Analisar e relacionar os conceitos teóricos e a legislação vigente na área da educação de surdos; - Dialogar e problematizar no contexto de produção das políticas educacionais em especial das políticas vinculadas à educação bilíngue. 	
Conhecimentos: Políticas de inclusão e exclusão nos processos sociais e educacionais. Legislação e surdez. Visão crítica da relação da Educação dos Surdos com a educação especial. Políticas do contexto da Educação de Surdos.	
Bibliografia: BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. BRASIL. Decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a regulamentação da Lei de Libras. BRASIL. Plano Nacional de Educação. BRASIL. <i>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva</i> . Brasília: MEC, 2008. BRASIL. Lei n 13146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). CASTEL, Robert. <i>As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário</i> . Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 1998. DUPAS, Gilberto. <i>Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo</i> . São Paulo: Paz e Terra, 1999. FORRESTER, Viviane. <i>O horror econômico</i> . Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1997. LACERDA, Cristina B. F. <i>Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte: examinando a construção de conhecimentos</i> . Campina: UNICAMP, 1996. Tese. Mimeo. KLEIN, Madalena. <i>A formação do surdo trabalhador: discursos sobre a surdez, a educação e o trabalho</i> . Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação. Mimeo. MACHADO, Paulo Cesar. <i>A política de integração/inclusão e a aprendizagem dos surdos: um olhar do egresso surdo sobre a escola regular</i> . Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. _____. <i>Diferença Cultural e Educação Bilíngue: As narrativas de professores surdos sobre questões curriculares</i> . Florianópolis: UFSC, 2009. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. MOURA, Maria Cecília. <i>O surdo: caminhos para uma nova identidade</i> . Rio de Janeiro: REVINTER, 2000. SAVIANI, Demerval. <i>Política e educação no Brasil</i> . Campinas: Autores Associados, 1997. SKLIAR, Carlos. <i>A surdez: um olhar sobre as diferenças</i> . Porto Alegre: Mediação, 1998. SILVA, Vilmar. <i>A luta dos surdos pelo direito ao trabalho e a educação: uma vivência político-pedagógica na Escola Técnica Federal de Santa Catarina</i> . Florianópolis: UDESC, 2001. (Dissertação). _____. <i>A política da diferença: Educadores- Intelectuais surdos em perspectiva</i> . Florianópolis: UFSC, 2009. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. SOUZA, Regina Maria de, <i>Que palavra que te falta? Linguística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1998. SHIROMA, Eneida Oto e outros. <i>Política educacional</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2002	

Componente Curricular: Surdo e Tradução de Língua de Sinais	CH: 40
Competências / Objetivos: <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as diferenças básicas do ato tradutório e interpretativo; - Compreender as implicações vividas por surdos e ouvintes no contexto educacional; - Discutir sobre os princípios do código de ética profissional na educação; - Refletir sobre a relação entre professor e intérprete. 	
Conhecimentos	

A relação do sujeito surdo com a tradução/interpretação e os aspectos de tensão cultural. O bilinguismo como marcador cultural, seus avanços linguísticos e possibilidades. A atividade de tradução/interpretação e a relação de ética na educação.

Bibliografia:

- BASSNETT, Susan. *Estudos da tradução*. Trad. de Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 2003.
- CRISTINA, Carneiro Rodrigues. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. Tradução de Maria B. Marques N. da Silva e Mary Amazonas L. de Barros. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. de Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Cláudia Álvares, Francisco Rüdiger e Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Ed da UFMG, 2003.
- PERLIN, Gladis. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação. 1998.
- _____. *A cultura surda e os intérpretes de língua de sinais*. Campinas: ETD – Educação Temática Digital, 2006.
- QUADROS, Ronice Müller e KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de Sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MARQUES, Rodrigo R.; SOARES, Janine de O. O fenômeno de ser intérprete. In: QUADROS, R. M. de; STUMPF, M. R. (Org.). *Estudos surdos IV: série de pesquisas*. Petrópolis: Arara Azul, 2009.
- MASUTTI, Mara Lúcia. *Tradução Cultural: desconstruções logofonocêntricas em zonas de contato entre surdos e ouvintes*. Florianópolis: UFSC, 2007. Tese (Doutorado em Literatura), Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- McCLEARY, L. E.; VIOTTI, E. Transcrição de dados de uma língua sinalizada: um estudo piloto da transcrição de narrativas na língua de sinais brasileira (LSB). In: SALLES, H. (Org.). *Bilinguismo e surdez: questões linguísticas e educacionais*. Goiânia: Cãnone, 2007. p. 23-96.
- SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Componente Curricular:

Seminário de Pesquisa

CH:

80

Competências / Objetivos:

- Produzir pesquisas na área de educação de surdos considerando seus aspectos políticos, culturais e pedagógicos.
- Debater o processo de constituição da produção do conhecimento nas ciências sociais e na Educação, especificamente, nos campos da Educação Bilíngue e dos Estudos Surdos, seus desafios e perspectivas na atualidade;
- Apresentar e discutir ferramentas e métodos de pesquisa, refletindo sobre seus limites e potencialidades;
- Articular os conhecimentos teórico-metodológicos discutidos ao longo do curso com a prática profissional diante da discussão de situação-problema;
- Oferecer elementos teórico-metodológicos para a elaboração do projeto de pesquisa;
- Orientar o processo de elaboração do projeto de pesquisa individual.

Conhecimentos

Introdução aos questionamentos da Filosofia sobre a ciência. Relação entre tendências, necessidades e desafios da pesquisa elaborada no contexto educacional. Ética e pesquisa. Princípios para a elaboração de projetos e pesquisas científicas. Técnicas e normas de formulação do problema de pesquisa. A linguagem e estrutura básica do artigo científico. Métodos científicos, coleta e interpretação e dados. Elaboração de projetos de pesquisa.

Bibliografia:

- ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e as suas regras*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- APPOLINÁRIO, Fabio. *Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOAVENTURA, Edivaldo. *Metodologia da Pesquisa*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3 ed. Porto

Alegre: Artmed, 3 ed., 2010.
 GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
 GRAY, David E. *Pesquisa no mundo real*. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
 MALHEIROS, Bruno Taranto. *Metodologia da pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
 MEKSENAS, Paulo. *Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
 MINAYO, Maria C. de S. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
 MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
 MOTTA-ROTH, Desirée; HENDGES, Graciela Rabuske. *Produção Textual na Universidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
 RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
 SANTOS, João Almeida; FILHO, Domingos Parra. *Metodologia Científica*. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
 THIOLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso	CH: 60
Competências / Objetivos:	
<ul style="list-style-type: none"> - Redigir um artigo científico que consiga aprovação/ validação junto ao curso de Especialização em Educação de Surdos: aspectos políticos, culturais e pedagógicos e contribua para o desenvolvimento da educação – especialmente do contexto local do estudante. - Desenvolver seu projeto de pesquisa de modo que expresse os conhecimentos tratados no curso e use os principais elementos de estruturação estabelecidos nas questões de forma e conteúdo. 	
Conhecimentos	
Desenvolvimento de projetos de pesquisa. Redação de artigo científico.	
Bibliografia:	
BOAVENTURA, Edivaldo. <i>Metodologia da Pesquisa</i> . 1 ed. São Paulo: Atlas, 2011.	
CRESWELL, John W. <i>Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto</i> . 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 3 ed., 2010.	
GRAY, David E. <i>Pesquisa no mundo real</i> . 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.	
MALHEIROS, Bruno Taranto. <i>Metodologia da pesquisa em educação</i> . Rio de Janeiro: LTC, 2011.	
MEKSENAS, Paulo. <i>Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas</i> . 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.	
RICHARDSON, Roberto Jarry. <i>Pesquisa Social</i> . 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.	
SANTOS, João Almeida; FILHO, Domingos Parra. <i>Metodologia Científica</i> . 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.	
THIOLENT, Michel. <i>Metodologia da pesquisa-ação</i> . 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011.	

Item 4.5: Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem

Alteração de conceito por nota conforme CONSUP/IFSC nº 41/2014. (No antigo projeto correspondia ao Item 17: Sistema de avaliação), conforme segue:

Conforme a Resolução CONSUP/IFSC nº 41/2014 o sistema de avaliação seguirá as seguintes prerrogativas: frequência mínima e avaliação de aprendizagem.

A frequência mínima será de 75% e será controlada por chamada realizada pelos professores dos componentes curriculares durante as aulas.

A avaliação dos componentes curriculares será realizada mediante verificações de aprendizagens, as quais receberão nota com valores inteiros de 0 (zero) a 10 (dez). O resultado mínimo para aprovação em um componente curricular é 6 (seis). Ao final de cada componente curricular, será feito um registro final do desempenho do aluno, da seguinte forma: **Apto**: quando o aluno apresenta requisitos mínimos para aprovação. **Não apto**: quando o aluno não apresenta os requisitos mínimos para aprovação.

Os resultados das avaliações serão publicados até 30 (trinta) dias após sua realização.

O resultado final de avaliação de cada disciplina será encaminhado à Coordenadoria de Registro Acadêmico no prazo de 30 (trinta) dias a contar da integralização da respectiva carga horária.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de novas atividades pedagógicas no decorrer do período letivo, que possam promover a aprendizagem.

I- As novas atividades ocorrerão, preferencialmente, no horário regular de aula, podendo ser criadas estratégias alternativas que atendam necessidades específicas, tais como: atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo e estudos dirigidos.

II- Ao final dos estudos de recuperação o aluno será submetido a avaliação, cujo resultado será registrado pelo professor, prevalecendo o maior valor entre o obtido na avaliação realizada antes da recuperação e o obtido na avaliação após a recuperação.

Será permitida a revisão de atividade de avaliação, por solicitação do aluno, quando o mesmo discordar da correção realizada pelo professor conforme previsto na Resolução CONSUP/IFSC nº 41/ 2014.

O diploma de Especialista em “Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos” será concedido ao aluno que tiver frequência mínima de 75% no curso, (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista, nota final igual ou superior a 6 (seis) em cada componente curricular e, aprovação, no mínimo, com nota 6 (seis) no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Aos discentes que cumprirem todos os componentes curriculares com êxito, exceto o Trabalho de Conclusão de Curso, farão jus a certificação intermediária de “Aperfeiçoamento em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos” com carga horária de 360 horas.

Item 4.6: Trabalho de Conclusão de Curso

Atualização da prorrogação de apresentação do TCC de 3 meses para 6 meses, bem como, adição do Termo de Uso do TCC, conforme Resolução CEPE/IFSC nº 105/2011 republicada em 2016. (No projeto anterior correspondia ao item 19):

Ao final dos componentes curriculares, o aluno deverá elaborar o artigo científico de conclusão de curso. A elaboração, a apresentação e avaliação deste artigo observarão os seguintes critérios:

- a) A Coordenação do Curso de Especialização em parceria com os professores escolherá o orientador para a elaboração do artigo científico, sendo que o mesmo deva ser prioritariamente professor do câmpus Palhoça Bilíngue e ter titulação mínima de mestrado.
- b) O TCC deverá ser apresentado no prazo máximo de até 06 (seis) meses após a integralização de todos os componentes curriculares.
- c) Para apresentação e avaliação do TCC o discente deverá ter integralizado todos os créditos ou carga horária total dos componentes curriculares do curso.
- d) O discente em acordo com orientador poderá solicitar prorrogação para apresentação do TCC em até 06 (seis) meses, por meio de formulário próprio, sob avaliação da Coordenação do Curso.
- e) O orientador, sendo do interesse de uma das partes, poderá ser substituído em até 60 (sessenta) dias antes do prazo final de defesa do artigo, por meio de solicitação encaminhada à Coordenação de Curso que deverá

analisar a justificativa apresentada e providenciar os devidos encaminhamentos.

- f) Os artigos científicos deverão ser redigidos de acordo com as normas vigentes da ABNT, ou de acordo com as normas da revista a qual se pretenda submetê-los.
- g) Após a avaliação e a aprovação do orientador, os alunos deverão enviar 3 (três) cópias aos membros da banca acompanhados de requerimento a Coordenação do Curso.
- h) Com os requisitos do item h cumpridos, a coordenação terá 30 dias letivos para organizar e marcar a data da banca de avaliação.
- i) Os membros constituintes da banca de avaliação deverão ter titulação mínima de mestrado.
- j) A comissão examinadora será presidida pelo orientador do TCC.
- k) Após a apresentação e aprovação do TCC, o discente deve entregar no prazo máximo de 1 (um) mês à coordenação de Curso, 2 (dois) exemplares da versão final do TCC, com as devidas correções, sendo: 1 (uma) cópia física a ser disponibilizada na biblioteca do Câmpus do Curso e 1(uma) cópia digital a ser publicada no site do IFSC.
- l) No ato da matrícula no curso, o discente deverá assinar o Termo de Licença Gratuita de Direito de Uso do TCC, visando à cessão total da obra, em caráter definitivo, gratuito e não exclusivo, para divulgação, disponibilização, transmissão, reprodução, tradução, distribuição para circulação nacional e/ou estrangeira, transmissão ou emissão, publicação, em qualquer meio técnico existente ou que venha existir, sendo vedada qualquer utilização com finalidade lucrativa.

Item 4.8: Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente

Com a possibilidade de reingresso (Resolução CEPE/IFSC nº105/2011 republicada em 2016) se faz necessário listar as formas de validação de componentes curriculares conforme Resolução CONSUP/IFSC nº41/2014:

Conforme o Regimento Didático Pedagógico do IFSC nos Art. 157 e 158 a validação de componentes curriculares pode ocorrer:

I - para o reconhecimento de estudos realizados em outro curso de mesmo nível ou superior em que obteve êxito, no IFSC ou em outra instituição;

II - para reconhecimento de saberes.

O requerimento de solicitação de validação será formalizado pelo aluno a Coordenação do Curso, no prazo estipulado no calendário acadêmico.

I- A validação pelo reconhecimento de estudos será decidida pela Coordenadoria de Curso, mediante consulta ao professor do componente curricular, fundamentada no programa de ensino e no histórico escolar do aluno, o qual devera conter: carga horaria, aproveitamento e frequência de aprovação.

II- Para a aceitação da validação, o programa do componente curricular cursado devera contemplar no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do componente a ser validado. Além disso, a carga horaria do componente curricular cursado deverá corresponder a no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) do componente a ser validado.

III- Para a validação pelo reconhecimento de saberes o aluno será analisado por uma comissão de pelo menos 2 (dois) professores do curso, preferencialmente pelo Núcleo Docente Estruturante, mediante realização de atividade avaliativa.

IV- Para os casos em que o aluno estiver matriculado no componente curricular que houver solicitado a validação, devera frequentar as aulas ate a divulgação do resultado.

V- A Coordenação de Curso poderá solicitar documentação complementar ao solicitante.

VI- 6o No caso de deferimento o resultado será registrado no sistema acadêmico fazendo parte dos documentos oficiais do aluno.

VI- Para os casos em que o aluno estiver matriculado no componente curricular compete a Coordenação de Curso emitir parecer final do processo de validação em ate 15 (quinze) dias apos a data final para solicitação de validação prevista no calendário acadêmico.

VII- Para os casos em que o aluno não esteja matriculado no componente curricular o prazo para a Coordenação de Curso emitir o parecer final e o último dia do semestre letivo em curso.

VIII A validação poderá ser solicitada apenas para componente curricular que o aluno se encontra apto a cursar atendendo aos pré-requisitos previstos no PPC.

IX- Em curso em implantação apenas componente curricular de fase já implantada poderá ser validada.

X- A validação de componentes curriculares pode ser solicitada uma única vez durante o período letivo.

Para discentes oriundo de reingresso de ofertas de edições anteriores do curso que solicitarem validação de componentes curriculares deverão realizar as adaptações curriculares previstas na RDP.

Para validação de componentes curriculares do curso será considerada a equivalência dos componentes curriculares conforme disposto na tabela 04 abaixo:

Tabela 04: Equivalência de Componentes Curriculares

História da Educação de Surdos (60h)	História da Educação de Surdos I (30h) História da Educação de Surdos II (30h) Ou História da Educação de Surdos (60h)
Cultura e Identidade Surda (60h)	Cultura e Identidade Surda I (30h) Cultura e Identidade Surda II (30h) Ou Aspectos Culturais, Indentitários e os Movimentos Surdos (60h)
Aspectos Pedagógicos Aplicados à Educação de Surdos (60h)	Aspectos Pedagógicos Aplicados à Educação de Surdos (60h)
Políticas Educacionais para Surdos (60h)	Políticas Educacionais para Surdos I (30h) Políticas Educacionais para Surdos II (30h)
Surdo e Tradução de Língua de Sinais (40h)	Surdo e Tradução de Língua de Sinais (40h) Ou Linguagem, Tradução e Interpretação em Libras/Português (60h)
Seminário de Pesquisa (80h)	Seminário de Pesquisa I (30h) Seminário de Pesquisa II (60) Ou Seminário de Pesquisa (60h)

Item 5.3: Colegiado do Curso

Incluído para atender a orientação da Resolução CONSUP/IFSC nº41/2014 os cursos poderão ter colegiado de curso ou Núcleo Docente Estruturante (NDE):

Poderá ser instituído, um Núcleo Docente Estruturante, formado por 4 (quatro) docentes e o Coordenador do Curso, para deliberações de temas pertinentes ao curso.

Item 7: Avaliação do Projeto Pedagógico

Incluído para atender a Resolução CEPE/IFSC nº 105/2011 republicada em 2016 que dispõe sobre a avaliação do Curso:

A Resolução CEPE/IFSC 105/2011 republicada em 2016 dispõe sobre a autoavaliação promovida pelo Coordenador do Curso com a participação do corpo docente e discente ao final dos componentes curriculares (3ºSemestre). A avaliação do curso será contínua, serão considerados: fatores que implicam na permanência e êxito dos alunos no curso; atendimento dos objetivos do curso; atendimento do público-alvo e perfil do egresso; estratégias de ensino aprendizagem na perspectiva bilíngue para a pós-graduação (*Lato Sensu*).

A avaliação do curso se dará por meio dos seguintes instrumentos:

- a) reuniões pedagógicas, realizadas semestralmente com a Coordenação de Curso, corpo docente do semestre e/ou Núcleo Docente Estruturante;
- b) documental, por meio de dados institucionais de matrícula, cancelamento e abandono;
- c) avaliação dos alunos, por meio de questionário ao final do 3º Semestre.

JUSTIFICATIVA PARA AS ALTERAÇÕES:

As adequações propostas nos itens acima visam atender as seguintes resoluções: Resolução CEPE/IFSC nº 105 /2011 republicada em 2016 e Resolução CONSUP/IFSC nº 41/2014. A adoção de um formulário atualizado permitiu o aprimoramento de fluxos antes ausentes e de extrema relevância.

Florianópolis, 21 de julho de 2016

LUIZ OTÁVIO CABRAL
Presidente do CEPE do IFSC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO – PPC

CAMPUS PALHOÇA-BILÍNGUE

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE SURDOS: ASPECTOS POLÍTICOS, CULTURAIS E PEDAGÓGICOS

Lato Sensu

Palhoça, julho de 2016.

SUMÁRIO

1	DADOS DA IES.....	4
1.1	Mantenedora	4
1.2	Mantida – Campus Proponente.....	4
1.3	Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta	4
1.4	Contextualização da IES	4
2	DADOS DO CURSO.....	6
2.1	Requisitos Legais.....	7
2.2	Parceria externa para a realização do curso	7
2.3	Dados para preenchimento do certificado	7
3	ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO	8
3.1	Justificativa da oferta do curso.....	8
3.2	Objetivos do curso	11
3.3	Contribuições para o egresso	11
3.4	Público alvo	11
3.5	Ingresso no curso	11
3.6	Desligamento do discente.....	12
4	ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO	13
4.1	Metodologia	13
4.2	Matriz Curricular.....	15
4.3	Componentes curriculares	15
4.4	Atividades complementares	22
4.5	Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem	22
4.6	Trabalho de Conclusão de Curso.....	23
4.7	Atividades de Tutoria (para cursos EAD)	24
4.8	CrITÉRIOS de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente	24
4.9	Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica.....	25
5	CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	26
5.1	Coordenador do Curso	26
5.2	Corpo Docente.....	26
5.3	Colegiado do Curso.....	27
6	INFRAESTRUTURA FÍSICA	27
6.1	Instalações gerais e equipamentos.....	27
6.2	Polos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD).....	29
6.3	Sala de tutoria (para cursos EAD)	29
6.4	Suportes midiáticos (para cursos EAD)	29

6.5	Biblioteca	29
7	AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	29
8	AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO	30
9	ANEXO	30
	Anexo I - Parecer do Núcleo Pedagógico	30
	Anexo II - Parecer do Colegiado do Câmpus Palhoça Bilíngue	30
	Anexo III - Parecer do CEPE	30
	Anexo IV - Parecer do CONSUP	30

1 DADOS DA IES

1.1 Mantenedora

Nome da Mantenedora: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)

Endereço: Rua 14 de julho

Número: 150

Bairro: Coqueiros

Cidade: Florianópolis

Estado: SC

CEP: 88075-010

CNPJ: 11402887-0001-60

Telefone(s): (48) 3877-9000

Ato Legal: Lei 11.892/2008

Endereço WEB: <http://www.ifsc.edu.br/>

Reitor (a): Maria Clara Kaschny Schneider

1.2 Mantida – Campus Proponente

Nome da Mantida: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - Campus Palhoça Bilíngue

Endereço: Rua João Bernardino da Rosa

Número: s/n

Bairro: Pedra Branca

Cidade: Palhoça

Estado: SC

CEP: 88137-010

CNPJ: 11402887-0015-66

Telefone(s): (48) 3341-9700

Ato Legal: Portaria 330 de 23 de abril de 2013 do Ministério da Educação

Endereço WEB: <http://palhoca.ifsc.edu.br/>

Diretor Geral (a): Carmem Cristina Beck

1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta

Nome: Ma. Edimara Lúcia Rupolo	Email: edimara.rupolo@ifsc.edu.br	Fone: (48) 3341-9700
Nome: Dr. Paulo César Machado	Email: paulinho@ifsc.edu.br	Fone: (48) 3341-9730
Nome: Dra. Gígi Anne Horbatiuk Sedor	Email: gigi.horbatiuk@ifsc.edu.br	Fone: (48) 3341-9700

1.4 Contextualização da IES

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) foi criado pela Lei nº 11.892 de 29/12/2008. É uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação por meio da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, com CNPJ 11.402.887/0001-60, sediada na Rua 14 de julho, 150, Enseada dos Marinheiros, Bairro Coqueiros, Florianópolis-SC. De acordo com a legislação de criação, a finalidade do IFSC é formar e qualificar profissionais no âmbito da educação profissional técnica e tecnológica nos níveis fundamental, médio e superior.

Para isso, a instituição atua em diferentes níveis e modalidades de ensino, oferecendo cursos voltados à educação de jovens e adultos, formação inicial e continuada, técnicos, graduação e pós-graduação.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (2015 – 2019), a Instituição tem como missão “promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural”. Sua visão é “ser instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. E seus valores perpassam a ética, o compromisso social, a equidade, a democracia, a sustentabilidade e a qualidade.

A trajetória da Instituição se inicia em 1909, quando a sociedade passava da era do trabalho artesanal para o industrial, nascia em Florianópolis a Escola de Aprendizes Artífices, com o objetivo de proporcionar formação profissional aos filhos de classes socioeconômicas menos favorecidas. Ao longo dos anos, a instituição passa por sucessivas mudanças estruturais: Liceu Industrial de Florianópolis (1937); Escola Industrial de Florianópolis (1942); Escola Industrial Federal de Santa Catarina (1962); Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1968). Com a transformação em CEFET (2002), suas atividades foram ampliadas e diversificadas, com a implantação de cursos de graduação tecnológica, de pós-graduação (especialização) e a realização de pesquisa e de extensão. Em 29/12/2008, a Lei nº 11.892 cria os Institutos Federais. A Comunidade do então CEFET-SC decide pela transformação em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Ampliam-se as ações e o compromisso com a inclusão social, investem-se mais recursos financeiros, amplia-se o quadro de pessoal, abrem-se novas oportunidades de acesso a programas de fomento à pesquisa, constitui-se um novo plano de carreira para os servidores, a autonomia financeira e didático-pedagógica se fortalece e assegura-se uma identidade para a Educação Profissional e Tecnológica. A Instituição oferece educação profissional e tecnológica gratuita em todas as regiões de SC, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento socioeconômico e cultural. Consta nos objetivos da Instituição, contidos no PDI, “ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e física e química, e para a educação profissional” (PDI, 2015).

A Portaria 330 de 23 de abril de 2013 do Ministério da Educação criou 5 (cinco) câmpus no Instituto Federal de Santa Catarina, a saber: Caçador, Garopaba, Jaraguá do Sul - Rau, Palhoça, Urupema, Xanxerê. No entanto, sua idealização ocorreu no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos (NEPES) criado em 1991, no Campus São José. Os precursores deste campus buscavam a partir de demandas da comunidade surda, promover a acessibilidade para os surdos.

O câmpus Palhoça Bilíngue é a primeira unidade da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica na modalidade bilíngue – Libras/Português – e traz para o

cenário brasileiro uma política de ensino, pesquisa e extensão que busca viabilizar uma efetiva interação entre surdos e ouvintes no campo educacional e profissional. O câmpus articula o ensino, a pesquisa e a extensão a partir dos itinerários formativos de multimídia e educação bilíngue, ofertando cursos de diferentes níveis e modalidades de ensino.

O IFSC Câmpus Palhoça Bilíngue busca desenvolver e difundir conhecimento científico e tecnológico e formar indivíduos para o exercício da cidadania e da profissão, tendo sempre em vista a perspectiva bilíngue, além de contribuir com a ampliação do campo de ação desta instituição pública para promoção da educação, ciência e tecnologia.

O Câmpus Palhoça Bilíngue, orientado pela política da diferença, fundamenta a sua construção em conhecimentos teóricos e práticos relacionados aos aspectos tecnológicos, linguísticos, culturais e pedagógicos da educação bilíngue (Libras/Português). A partir da leitura da realidade dos surdos e das relações sociais, propõe-se contribuir com o processo de inclusão social não apenas do público surdo, mas do público em vulnerabilidade social, especialmente daquele localizado no entorno do câmpus. Para tanto, a pesquisa mostra-se presente em todos os processos, desde a sua concepção epistemológica até a forma de organização curricular de seus cursos.

Atualmente o câmpus oferece para a comunidade os seguintes cursos: PROEJA – Ensino de Jovens e Adultos profissionalizante em Fotografia Digital (Ensino Fundamental), Técnico Integrado em Comunicação Visual (Ensino Médio), Técnico Subsequente em Tradução e Interpretação em Libras (Subsequente de Nível Médio), Tecnólogo em Multimídia (Superior), Especialização em Educação de Surdos: aspectos políticos, culturais e pedagógicos (*Lato Sensu*) e diversos cursos de FIC (<http://www.palhoca.ifsc.edu.br>). Mais recentemente obteve a aprovação do curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue na modalidade EAD.

Constituído por um corpo de servidores surdos e ouvintes, atuando como professores, intérpretes e técnicos administrativos. Dentre estes podemos mencionar 45 docentes 32 técnicos administrativos. Em decorrência dos cursos ofertados, os servidores possuem qualificação necessária para atuar nos eixos de Multimídia e da Educação Bilíngue (Libras-Português).

2 DADOS DO CURSO

Nome do curso: Curso de Especialização em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos
Modalidade: Presencial
Área de Conhecimento da Capes: Tópicos Específicos de Educação (Educação Profissional e Educação Especial) Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social
Carga Horária: 360 horas para componentes curriculares; 60 horas para Trabalho de Conclusão de Curso; total de 420 horas
Periodicidade: transitória, de acordo com a demanda e disponibilidade da Instituição

Período: 4 semestres

Número de vagas: 40

Horário e frequência das aulas: Os encontros presenciais estão distribuídos ao longo dos semestres, totalizando 12 (doze) encontros presenciais por semestre, em 02 (dois) turnos, nos períodos vespertino e noturno (13:30 às 17:20 e 18:30 às 22:00) ofertado preferencialmente às sextas feiras. Conforme demanda e disponibilidade do câmpus poderá haver alterações.

2.1 Requisitos Legais

Resolução nº 001/2001/CNE/CES.

Decreto nº 5626/2005

Resolução CEPE/IF-SC nº 105/2011 republicada 01 de março de 2016

2.2 Parceria externa para a realização do curso

Não se aplica.

2.3 Dados para preenchimento do certificado

Ao final do curso o aluno receberá a habilitação de Especialista em Educação de Surdos, com ênfase nos Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos.

Diploma da Habilitação Profissional

Eixo Tecnológico	Nome do Curso	Carga Horária	Nº de Semestre	Habilitação Profissional
Desenvolvimento Educacional e Social	Especialização em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos	420 h	4	Especialista em Educação de Surdos

Ao discente que não tenha integralizado o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) poderá solicitar a certificação intermediária de “Aperfeiçoamento em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos” com carga horária de 360 horas.

Certificação Intermediária

Eixo Tecnológico	Nome do Curso	Carga Horária	Nº de Semestre	Certificação
Desenvolvimento Educacional e Social	Especialização em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos	360 h	3	Aperfeiçoamento em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos

3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 Justificativa da oferta do curso

Os surdos no Brasil compõe um grupo que busca o reconhecimento de sua diferença linguístico-cultural perante a sociedade. Os dados do censo de 2010 do IBGE mostram que 9.724.050 de pessoas possuem problemas auditivos, representando 5,1% da população brasileira. O estado de Santa Catarina e o Núcleo Metropolitano de Florianópolis¹ se aproximam da média nacional, respectivamente, com 305.833 pessoas, 4,9% e 40.617 pessoas, 5,4% da população conforme se observa nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1: População com deficiência auditiva no Núcleo Metropolitano de Florianópolis

Municípios	Não consegue ouvir	Ouve com grande dificuldade	Ouve com alguma dificuldade	Soma	Soma %
Águas Mornas	-	67	304	371	6,7
Antônio Carlos	21	53	426	500	6,7
Biguaçu	118	394	2217	2729	4,7
Florianópolis	452	3521	14698	18671	4,4
Governador Celso Ramos	30	166	550	746	5,7
Palhoça	336	1213	5003	6552	4,7
Santo Amaro da Imperatriz	38	187	839	1064	5,4
São José	409	1821	7495	9725	4,6
São Pedro de Alcântara	6	15	238	259	5,5
Núcleo Metropolitano	1410	7437	31770	40617	5,4

Fonte: Censo IBGE (2010)

Tabela 2: População residente com deficiência auditiva

	Não consegue ouvir	Ouve com grande dificuldade	Ouve com alguma dificuldade	Soma	Soma %
Santa Catarina	10.403	62.121	233.309	305.833	4,9
Brasil	374.768	1.909.198	7.440.084	9.724.050	5,1

Fonte: Censo IBGE (2010)

Estes dados foram obtidos por amostragem, enquadrando o sujeito surdo às demais deficiências. Os problemas auditivos foram classificados como: “não consegue de modo algum”, “grande dificuldade” e “alguma dificuldade”. Devemos ressaltar que no Censo 2010 do IBGE não distingue os sujeitos surdos, deficientes auditivos e os ensurdecidos. As pessoas surdas são aquelas que nasceram surdas e/ou perderam a audição, geralmente nos primeiros anos de vida e que possuem identidade, cultura surda e a língua visual-gestual, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para se comunicar e interagir com mundo.

¹ Núcleo Metropolitano de Florianópolis criado pela Lei Complementar Estadual de Santa Catarina 495 de 2010, contitui os municípios Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara.

Os dados apresentados nas tabelas 1 e 2 endossam a demanda de fornecer cursos para profissionais que atuam no atendimento ao sujeito surdo, seja no âmbito educacional ou outros serviços junto à comunidade.

As especificidades dos surdos e dos profissionais de diversas áreas que atuam junto a comunidade surda têm criado novas demandas por intervenções em seus espaços de trabalho. Os avanços legais exigem a busca por aperfeiçoamento no âmbito de desenvolvimento social educacional e linguístico, tais como: Lei no 10.436/2002 (Lei de Libras), Decreto 5626/2005 (regulamentação da Lei de Libras), Lei 13146/ 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), entre outras.

Assim, partir da leitura da realidade dos surdos e das relações sociais, propõe-se contribuir com o processo de inclusão social. O IFSC tem grande potencial para o incentivo ao desenvolvimento da região, em consonância com seus arranjos produtivos locais e, também, no fomento de novas estratégias e novos ramos de atuação e outras áreas importantes para a formação profissional e em consonância com as necessidades da comunidade do entorno escolar.

O curso de Especialização em Educação de Surdos compõe o quadro de cursos *Lato Sensu* ofertados pelo IFSC, a saber:

- *Ciências Marinhas Aplicadas ao Ensino* – Câmpus Itajaí;
- *Desenvolvimento de Produtos Eletrônicos*- Câmpus Florianópolis;
- *Desenvolvimento Rural Sustentável*- Câmpus Canoinhas;
- *Ensino de Ciências [EAD]*- Polo Blumenau, Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste;
- *Educação para Diversidade com ênfase em EJA [EAD]*- Polo Campos Novos, Itapema, Palmitos, Pouso Redondo, Praia Grande, Prefeitura Municipal de Florianópolis;
- *Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA [EAD]*- Polos Canoinhas, Criciúma, Lages, Palhoça Bilíngue, São Miguel do Oeste;
- *Educação de Surdos: aspectos políticos, culturais e pedagógicos*- Câmpus Palhoça Bilíngue;
- *Gestão Pública [EAD]* – Polo Jales (SP), Prefeitura Municipal de Joinville, Prefeitura Municipal de São José, Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, Prefeitura Municipal de Tubarão;
- *Gestão em Saúde [EAD]* – Polo Prefeitura Municipal de Caçador, Prefeitura Municipal de Palhoça, Prefeitura Municipal de Tubarão.
- *Mídias na Educação [EAD]* – Polo Palmitos, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Prefeitura Municipal de Joinville, Prefeitura Municipal de São José.

A primeira turma do curso de Especialização em Educação de Surdos foi ofertada em 2006, no câmpus São José, a partir do grupo de pesquisa NEPES. Naquele momento os proponentes da primeira edição eram profissionais que atuaram nos cursos de Proeja Bilíngue, Ensino Médio Bilíngue, Especialização de Tradutor e Intérprete Libras/Português e cursos de formação em Libras, o que contribuiu

significativamente para a fundamentação da educação bilíngue. Atualmente o grupo de servidores do câmpus que atuam no curso compõe uma nova geração com titulação de mestre ou doutor, prioritariamente com formação em Educação e em Educação de Surdos.

Ao analisar as matrículas dos ingressos de 2012.2, 2013.1 e 2014.2 constata-se que a influência do curso na formação e capacitação de profissionais que atuam no atendimento de pessoas surdas possui uma abrangência que extrapola a região metropolitana da Grande Florianópolis. Na tabela 03, podemos observar a influência em municípios de diversas regiões de Santa Catarina, bem como, em outras unidades federativas.

Tabela 03: Abrangência do Curso de Especialização em Educação de Surdos

Abrangência do curso	Municípios
Grande Florianópolis	Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Garopaba, Paulo Lopes
Santa Catarina	Tubarão, Araranguá, Turvo, Imbituba, Itapema, Balneário Camboriú, Itajaí, Santa Cecília, Chapecó, Otacílio Costa
Outros estados federativos	Carazinho (RS), São Pedro do Sul (RS), São Paulo (SP), Foz do Iguaçu (PR), Juazeiro (BA).

A Especialização em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos vem ao encontro dos objetivos e metas do IFSC de promover cursos de pós-graduação Lato Sensu, contribuindo para a formação de especialistas nas diferentes áreas de conhecimento, bem como o Campus Palhoça Bilíngue, que assumiu o compromisso de ofertar à comunidade cursos correspondentes também a este nível de ensino.

O presente curso de Especialização visa propiciar conhecimentos teóricos e práticos que abordem aspectos políticos, culturais e pedagógicos relevantes para a educação de surdos. Tais aspectos, ao mesmo tempo em que esboçam uma trajetória educacional da comunidade surda, apontam para os impasses, dilemas e desafios aos quais os surdos, os educadores, os dirigentes institucionais e a sociedade em geral ainda se defrontam cotidianamente.

Reitera-se que esta pós-graduação (*Lato Sensu*) vem sendo oferecida desde 2006 pelo Câmpus São José e com ofertas em 2012, 2013 e 2014 no Câmpus Palhoça Bilíngue. Sua demanda emergiu de uma pesquisa junto à Rede Pública Estadual de Santa Catarina, a qual evidenciou a necessidade de formação para atuar na Educação de Surdos. Os professores que trabalhavam com alunos surdos nas séries iniciais e no ensino fundamental problematizavam questões sobre a ausência de domínio da língua brasileira de sinais, a carência de materiais didáticos adequados ao ensino e da inexistência de capacitação específica voltada à educação de surdos.

O referido curso de especialização oportuniza o desenvolvimento de pesquisas relevantes para a área (disponibilizadas para consulta no acervo do Campus Palhoça

Bilíngue) e o fomento de novos paradigmas relacionados às diferenças culturais, políticas e educacionais implicadas nos trabalhos com os sujeitos surdos.

Frente ao exposto, a reedição do projeto busca dar prosseguimento às demandas dos profissionais da educação, principalmente àqueles da rede pública de ensino, que precisam de abordagens adequadas e atualizações contínuas para realizarem um processo educacional diferenciado proporcionando metodologias educacionais condizentes para a educação de surdos.

3.2 Objetivos do curso

Objetivo geral

- Reconhecer e analisar conhecimentos teóricos e práticos que abordem aspectos políticos, culturais e pedagógicos relevantes para a Educação de Surdos

Objetivos Específicos

- Discutir os paradigmas sócio históricos do bilinguismo e suas políticas públicas;
- Compreender os aspectos culturais a partir das diferenças dos sujeitos surdos;
- Analisar teorias e práticas pedagógicas da Educação de Surdos na perspectiva bilíngue;
- Refletir sobre as diferenças do ato tradutório e interpretativo, bem como suas implicações vividas por surdos e ouvintes no contexto educacional;
- Produzir pesquisas na área de Educação de Surdos considerando seus aspectos políticos, culturais e pedagógicos.

3.3 Contribuições para o egresso

Espera-se que o egresso seja capaz de articular criticamente os aspectos políticos, culturais e pedagógicos da Educação de Surdos em sua área de atuação profissional.

3.4 Público alvo

Professores e profissionais que atuam no contexto educacional (assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, supervisores, orientadores educacionais, etc.).

3.5 Ingresso no curso

O ingresso ao curso poderá ocorrer da seguinte maneira:

- a) Seleção de ingresso

A seleção será efetuada mediante edital público, por meio de **questionário socioeconômico e análise documental** considerando aspectos linguísticos, acadêmicos e profissionais.

Após o ranqueamento dos inscritos por meio do questionário socioeconômico,

os 80 (oitenta) primeiros colocados (o dobro do número de vagas ofertadas) serão chamados para entrega de documentação. Esta documentação (experiência profissional, formação e produção acadêmica) será analisada por Comissão Interna de Seleção designada por portaria interna. Esta comissão será constituída pelo Coordenador de Curso e no mínimo 2 (dois) professores.

A inscrição e análise de documentos será realizada em calendário próprio divulgado no edital de ingresso.

b) Reingresso

O discente desistente do curso poderá solicitar reingresso quando for ofertada uma turma nova. Serão disponibilizadas 5 (cinco) vagas para reingresso que serão requeridas por meio de formulário próprio junto à Coordenação do Curso.

A solicitação de reingresso será analisada pela Comissão Interna de Ingresso. A comunicação do aceite do reingresso será realizada até o final da primeira semana de aula do curso.

O discente admitido por meio de reingresso deverá realizar as adaptações curriculares necessárias indicadas pela Comissão.

c) Matrícula

A matrícula será efetuada a partir dos seguintes requisitos:

I - Ter o diploma de graduação.

II- Ser classificado na seleção.

III- Comprovar documentação mencionada no processo de seleção, tais como: foto 3x4 (recente); documentação de conclusão de graduação; histórico escolar de graduação; *currículum vitae* no modelo *Lattes* documentado, datado e assinado; bem como outros documentos exigidos por edital específico.

IV- Aceitar as disposições regimentais do IFSC.

V - Aceitar e assinar o Termo de Licença Gratuita de Direito de Uso do TCC, conforme Resolução CEPE/IFSC nº105/2011 republicada em 2016.

3.6 Desligamento do discente

O desligamento do discente ocorrerá conforme legislação vigente, a saber: Resolução CONSUP/IFSC nº41 de 20 de novembro de 2014 e Resolução CEPE/IFSC nº 105/2011 reformulada em 2016.

O desligamento discente com o curso, poderá ocorrer tanto por iniciativa do aluno quanto da instituição.

a) O desligamento do curso por iniciativa do aluno poderá ocorrer:

I - O cancelamento de matrícula por iniciativa do aluno será realizado a qualquer tempo, mediante requerimento protocolado endereçado à Coordenação de Curso acompanhado com recibo de débito com a biblioteca.

II- A apreciação do cancelamento será realizada pela Coordenação de Curso, que, caso julgue necessário, poderá solicitar parecer da Coordenação Pedagógica.

b) O cancelamento de matrícula de aluno por iniciativa do IFSC poderá ocorrer:

I - por substituição de outro candidato aprovado quando, nos primeiros 15 (quinze) dias letivos, o aluno da fase inicial do curso deixar de comparecer as aulas sem justificativa por um período de 5 (cinco) dias letivos consecutivos, ou a qualquer tempo, enquanto for possível chamar outro candidato para ocupar a vaga.

II - por abandono, a qualquer tempo, quando o aluno deixar de comparecer 5 (cinco) encontros consecutivos sem justificativa, desde que excluídas as possibilidades do inciso anterior.

III – por desistência, quando o aluno não fizer sua rematrícula, conforme as especificações deste documento, ou não apresentar o TCC, conforme o prazo estipulado neste documento.

IV - por falta de documentação comprobatória ou descumprimento de outros itens do termo de matrícula condicional, estabelecidos em edital de ingresso;

V – por transgressão disciplinar grave ou infrações reincidentes aos dispositivos desse documento e do código de ética do aluno, dos quais se inclui a Lei de Plágio;

VI - por falecimento do aluno.

VII - por reprovação em pendência, inviabilizando o acompanhamento da turma de ingresso. Neste caso, o aluno poderá solicitar reingresso, sem necessidade de passar pelo processo seletivo, quando houver nova oferta do curso.

VIII - por expiração do período e integralização do curso e esgotadas as possibilidades de prorrogação conforme dispostas na Resolução CEPE/IFSC 105/2011 reformulada em 2016;

Compete ao Núcleo Pedagógico, em parceria com a Coordenação de Curso acompanhar a frequência e informar a Coordenação de Registro Acadêmico as matrículas que devem ser canceladas.

O cancelamento por transgressão disciplinar será avaliado e deliberado por uma comissão composta por Direção ou Chefia de Ensino, Coordenação de Curso e Coordenação Pedagógica.

4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

4.1 Metodologia

A organização curricular do curso propõe assegurar uma continuidade formativa, utilizando conhecimentos como etapa de um processo; para tanto, há necessidade de inter-relação entre os conhecimentos específicos por meio de uma metodologia voltada ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa. O curso propõe criar circunstâncias que levem o aluno à consciência de sua atuação social e, neste sentido, a formação profissional compreende, também, uma dimensão política que responda às questões atuais do reconhecimento das diferenças.

A concepção e a organização curricular serão permeadas pelos seguintes princípios:

Criticidade: condições de analisar o movimento conjuntural da sociedade, perceber as suas contradições e posicionar-se diante delas.

Pluralidade: abordagem de questões sobre diversos enfoques, considerando o avanço científico e tecnológico como possibilidade de amplo debate e caminho para desenvolver o conhecimento.

Interação: compartilhar experiências e conhecimentos existentes, ampliando o intercâmbio com outros segmentos da comunidade, especialmente relacionados às questões da inclusão social de surdos.

Os componentes curriculares foram organizados com base na experiência educacional bilíngue. O Seminário de Pesquisa, componente curricular central em espaço/tempo, trata da pesquisa conceitual e metodológica enquanto contribui à orientação do aluno ao seu trabalho final de curso, integrando os saberes abordados nas diversas Componentes Curriculares.

Os saberes de cada componente curricular serão construídos e consolidados continuamente na modalidade presencial e não presencial, de modo a se alcançar os objetivos propostos para o curso.

Trabalhos em equipe e outras metodologias também serão empregados para possibilitar a construção do conhecimento, a aquisição de novos valores e a apropriação dos objetivos previstos pelo curso.

Para ampliar e facilitar a interação entre os interlocutores do curso (alunos/professores/intérpretes) será utilizada a plataforma *moodle*.

O curso está estruturado em 80% da carga horária presencial e 20% não presencial. O percentual de atividades não presenciais serão destinadas área pesquisas, preparação de seminários, entre outras atividades orientadas pela equipe docente e deverão ser sistematizadas e acomodadas na plataforma *moodle*, bem como registro em diário de classe.

Os encontros presenciais serão distribuídos ao longo dos semestres, totalizando 12 (doze) encontros presenciais por semestre em calendário a ser divulgado pela Coordenação de Curso. Os encontros com duração de 55 minutos, serão ofertados preferencialmente às sextas-feiras, nos turnos vespertino e noturno (13:30 às 17:20 e 18:30 às 22:00). Conforme demanda e disponibilidade do câmpus, os turnos e horários poderão ser alterados.

A distribuição das horas/aula será organizada da seguinte forma: a) os componentes curriculares com carga horária de 60 horas terão 12(doze) encontros com 4 horas/aula; b) o componente curricular Surdo e Tradução de Língua de Sinais (40 horas) terá 8 (oito) encontros com 4 (quatro) aulas e; c) o componente curricular Seminário de Pesquisa consistirá de 8 (oito) encontros com 4 (quatro) aulas e 4 (quatro) encontros com 8 (oito) aulas.

4.2 Matriz Curricular

1º Semestre

Componente Curricular	C/H Semestral		
	Presencial	Não Presencial	Soma
História da Educação de Surdos	48	12	60
Cultura e Identidade Surda	48	12	60
Total	96 h	24 h	120h

2º Semestre

Componente Curricular	C/H Semestral		
	Presencial	Não Presencial	Soma
Aspectos Pedagógicos Aplicados à Educação de Surdos	48	12	60
Políticas Educacionais para Surdos	48	12	60
Total	96 h	24 h	120h

3º Semestre

Componente Curricular	C/H Semestral		
	Presencial	Não Presencial	Soma
Seminário de Pesquisa *	64	16	80
Surdo e Tradução de Língua de Sinais**	32	8	40
Total	96 h	24 h	120h

4º Semestre

Componente Curricular	C/H Semestral		
	Presencial	Não Presencial	Soma
Trabalho de Conclusão de Curso	12	48	60
Total	12 h	48 h	60h

* 8 encontros com 4 aulas e 4 encontros com 8 aulas

**8 encontros com 4 aulas

4.3 Componentes curriculares

Componente Curricular: História da Educação de Surdos	CH: 60
Objetivos: <ul style="list-style-type: none"> - Discutir os paradigmas sócio históricos do bilinguismo e suas políticas públicas; - Discutir elementos teórico-metodológicos para análise de propostas educacionais na perspectiva de educação-bilíngue para surdo; - Debater aspectos pedagógicos aplicados à educação de surdos, seus desafios e perspectivas na atualidade; - Estabelecer relações entre os elementos teórico-metodológicos estudados e na prática do professor em sua escola; - Discutir a História, História da Educação e suas inter-relações com a História da Educação de Surdos. 	

Conhecimentos

A Educação de Surdos como um processo histórico em construção e suas diferentes representações. Aspectos da História e da Educação de Surdos da Antiguidade à Idade Moderna e seus pensadores. A inter-relação da História, História da Educação e História da Educação de Surdos. Implicações do Congresso de Milão para a Educação de Surdos. A trajetória da Educação de Surdos no Brasil e em Santa Catarina.

Bibliografia:

CARVALHO, Paulo Vaz de. *Breve História dos Surdos no Mundo*. Lisboa: Surd'Universo, 2007.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

GOES, Maria Cecília Rafael de. *Linguagem, Surdez e Educação*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.

MANACORDA, Mário. *A História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1999.

MOURA, Maria Cecília de. *O Surdo: Caminhos para uma Nova Identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; GOES, Maria Cecília Rafael de. *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Editora Lovise, 2000.

SKLIAR, Carlos. *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SOARES, Maria Aparecida. *A Educação do Surdo no Brasil*. Campinas: Autores Associados. São Paulo: EDUSF, 1999.

Componente Curricular:

Cultura e Identidade Surda

CH:

60

Objetivos:

- Compreender os aspectos culturais a partir das diferenças dos sujeitos surdos;
- Conhecer as especificidades linguísticas do sujeito surdo;
- Discutir aspectos sobre a identidade e cultura surda;
- Distinguir sujeito surdo de deficiente auditivo;
- Refletir a prática pedagógica a partir das concepções de cultura e identidade surda.

Conhecimentos

Conceitos de cultura e identidade aos estudos sobre cultura surda, surdez e identidade surda. Conceito sociológico de movimentos sociais. Estudos dos movimentos sociais surdos no Brasil e em Santa Catarina.

Bibliografia:

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

PERLIN, Gládis. *O lugar da cultura surda*. In: THOMA, Adriana da S. & LOPES, Maura C. *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

_____, Gládis. *Histórias de vida: identidade em questão. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em educação*, URGs, 1998.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

JOHNSON, Richard. *O que é, afinal, Estudos culturais?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KLEIN, Madalena. *Cultura surda e inclusão no mercado de trabalho*. In: THOMA, Adriana da S. & LOPES, Maura C. *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

SILVA, Tomaz *Identidade e Diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 2 ed. Ver. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

Componente Curricular: Aspectos Pedagógicos Aplicados à Educação de Surdos	CH: 60
Objetivos: <ul style="list-style-type: none"> - Analisar teorias e práticas pedagógicas da educação de surdos na perspectiva bilíngue; - Pesquisar e debater as didáticas empregadas em instituições de ensino inclusivas e bilíngues. - Relacionar as principais fases do desenvolvimento infantil ao uso de materiais didáticos bilíngues; - Compreender contextos da educação infantil bilíngue a partir de noções teóricas de processos de aprendizagem. 	
Conhecimentos: <p>Elementos constitutivos da teoria e da prática pedagógica na Educação de Surdos. Problematização no processo de ensino aprendizagem para Educação de Surdos. O papel social da escola no contexto da Educação de Surdos. Possibilidades de organização do trabalho docente na perspectiva da educação inclusiva e do bilinguismo. O Português como segunda língua para o sujeito surdo.</p>	
Bibliografia: <p>BOTELHO, P. <i>Segredos e silêncio na educação dos surdos</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.</p> <p>FERNANDES, Eulalia. <i>Problemas linguísticos e cognitivos do surdo</i>. Rio de Janeiro: Agir, 1990.</p> <p>_____. <i>Língua de sinais e desenvolvimento cognitivo de crianças surdas</i>. In: <i>Revista Espaço: informativo técnico-científico do INES</i>, Rio de Janeiro, nº 13, Jun/2000.</p> <p>FONSECA, V. <i>Aprender a aprender: a educabilidade cognitiva</i>. Porto Alegre: Artes Médicas. 1998.</p> <p>QUADROS, R. M. de. & PERLIN, G. T.T. <i>Educação de surdos na escola inclusiva?</i> In: <i>Revista Espaço: informe técnico científico do INES</i>, Rio de Janeiro, n.7, 1997, p. 35-40.</p> <p>QUADROS, R. M. de. <i>Educação de surdos: a aquisição da linguagem</i>. Porto Alegre:</p>	

- Artes Médicas. 1997.
- GÓES, M.C. R. de. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- GOLDFELD, M. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista*. São Paulo: Plexus, 1997.
- LACERDA, C. B. F. de & GOES, M. C. R de (Orgs.) *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise, 2000.
- MACHADO, P. C. *A política de integração/inclusão e a aprendizagem dos surdos: um olhar do egresso surdo sobre a escola regular*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- MOURA, M. C. et al. *Língua de sinais e educação do surdo*. São Paulo: Tec Art, 1993 (Série de neuropsicologia;v.3)
- NOGUEIRA, M. Reflexões sobre um projeto piloto de educação com bilinguismo na pré-escola de surdos. In: *Revista Espaço: informativo técnico-científico do INES*, Rio de Janeiro, v.9 n.93, p.8-23, Jun.1998.
- SACKS, O. *Vendo vozes – uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SOUZA, R. M. de. *Que palavra te falta? Linguística, educação e surdez*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SKLIAR, C. (Org.) *Educação & exclusão: abordagens sócio antropológicas em educação especial*. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1997b.
- _____. (Org.) *Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- _____. (Org.) *Atualidade da Educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999a. 1v.
- VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento: plano de ensino aprendizagem e projeto educativo - elementos metodológicos para elaboração e realização*. São Paulo: Libertad, 2000.
- VYGOTSKY, L. & LÚRIA, A. R. *Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e Linguagem*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991b.
- _____. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKY, L.S.; LÚRIA, A. R.; LEONTEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 1998.

Componente Curricular: Políticas Educacionais para Surdos	CH: 60
Objetivos: <ul style="list-style-type: none"> - Discutir os paradigmas sócio históricos do bilinguismo e suas política públicas; - Analisar e relacionar os conceitos teóricos e a legislação vigente na área da educação de surdos; - Dialogar e problematizar no contexto de produção das políticas educacionais em especial das políticas vinculadas à educação bilíngue. 	
Conhecimentos:	

Políticas de inclusão e exclusão nos processos sociais e educacionais. Legislação e surdez. Visão crítica da relação da Educação dos Surdos com a educação especial. Políticas do contexto da Educação de Surdos.

Bibliografia:

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a regulamentação da Lei de Libras.

BRASIL. Plano Nacional de Educação.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Lei n 13146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1997.

LACERDA, Cristina B. F. *Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte: examinando a construção de conhecimentos*. Campina: UNICAMP, 1996. Tese. Mimeo.

KLEIN, Madalena. *A formação do surdo trabalhador: discursos sobre a surdez, a educação e o trabalho*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação. Mimeo.

MACHADO, Paulo Cesar. *A política de integração/inclusão e a aprendizagem dos surdos: um olhar do egresso surdo sobre a escola regular*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

_____. *Diferença Cultural e Educação Bilíngue: As narrativas de professores surdos sobre questões curriculares*. Florianópolis: UFSC, 2009. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

MOURA, Maria Cecília. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: REVINTER, 2000.

SAVIANI, Demerval. *Política e educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1997.

SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, R.S.: Mediação, 1998.

SILVA, Vilmar. *A luta dos surdos pelo direito ao trabalho e a educação: uma vivência político-pedagógica na Escola Técnica Federal de Santa Catarina*. Florianópolis: UDESC, 2001. (Dissertação).

_____. *A política da diferença: Educadores- Intelectuais surdos em perspectiva*. Florianópolis: UFSC, 2009. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SOUZA, Regina Maria de, *Que palavra que te falta? Linguística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SHIROMA, Eneida Oto e outros. Política educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

Componente Curricular: Surdo e Tradução de Língua de Sinais	CH: 40
Competências / Objetivos: <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as diferenças básicas do ato tradutório e interpretativo; - Compreender as implicações vividas por surdos e ouvintes no contexto educacional; - Discutir sobre os princípios do código de ética profissional na educação; - Refletir sobre a relação entre professor e intérprete. 	
Conhecimentos A relação do sujeito surdo com a tradução/interpretação e os aspectos de tensão cultural. O bilinguismo como marcador cultural, seus avanços linguísticos e possibilidades. A atividade de tradução/interpretação e a relação de ética na educação.	
Bibliografia: BASSNETT, Susan. <i>Estudos da tradução</i> . Trad. de Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. BURKE, Peter. <i>Hibridismo cultural</i> . São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 2003. CRISTINA, Carneiro Rodrigues. <i>Tradução e diferença</i> . São Paulo: Editora Unesp, 2000. DERRIDA, Jacques. <i>A escritura e a diferença</i> . Tradução de Maria B. Marques N. da Silva e Mary Amazonas L. de Barros. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. HALL, Stuart. <i>Da diáspora: identidades e mediações culturais</i> . Trad. de Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Cláudia Álvares, Francisco Rüdiger e Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Ed da UFMG, 2003. PERLIN, Gladis. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). <i>A surdez: um olhar sobre as diferenças</i> . Porto Alegre: Mediação. 1998. _____. <i>A cultura surda e os intérpretes de língua de sinais</i> . Campinas: ETD – Educação Temática Digital, 2006. QUADROS, Ronice Müller e KARNOPP, Lodenir Becker. <i>Língua de Sinais brasileira: estudos linguísticos</i> . Porto Alegre: Artmed, 2004. MARQUES, Rodrigo R.; SOARES, Janine de O. O fenômeno de ser intérprete. In: QUADROS, R. M. de; STUMPF, M. R. (Org.). <i>Estudos surdos IV: série de pesquisas</i> . Petrópolis: Arara Azul, 2009. MASUTTI, Mara Lúcia. <i>Tradução Cultural: desconstruções logofonocêntricas em zonas de contato entre surdos e ouvintes</i> . Florianópolis: UFSC, 2007. Tese (Doutorado em Literatura), Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. McCLEARY, L. E.; VIOTTI, E. Transcrição de dados de uma língua sinalizada: um estudo piloto da transcrição de narrativas na língua de sinais brasileira (LSB). In: SALLES, H. (Org.). <i>Bilinguismo e surdez: questões linguísticas e educacionais</i> . Goiânia: Cânone, 2007. p. 23-96. SILVA, Tomaz Tadeu (org.). <i>Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais</i> . Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.	

Componente Curricular: Seminário de Pesquisa	CH: 80
Competências / Objetivos: <ul style="list-style-type: none"> - Produzir pesquisas na área de educação de surdos considerando seus aspectos políticos, culturais e pedagógicos. - Debater o processo de constituição da produção do conhecimento nas ciências sociais e na Educação, especificamente, nos campos da Educação Bilíngue e dos Estudos Surdos, seus desafios e perspectivas na atualidade; - Apresentar e discutir ferramentas e métodos de pesquisa, refletindo sobre seus limites e potencialidades; - Articular os conhecimentos teórico-metodológicos discutidos ao longo do curso com a prática profissional diante da discussão de situação problema; - Oferecer elementos teórico-metodológicos para a elaboração do projeto de pesquisa; - Orientar o processo de elaboração do projeto de pesquisa individual. 	
Conhecimentos Introdução aos questionamentos da Filosofia sobre a ciência. Relação entre tendências, necessidades e desafios da pesquisa elaborada no contexto educacional. Ética e pesquisa. Princípios para a elaboração de projetos e pesquisas científicas. Técnicas e normas de formulação do problema de pesquisa. A linguagem e estrutura básica do artigo científico. Métodos científicos, coleta e interpretação e dados. Elaboração de projetos de pesquisa.	
Bibliografia: ALVES, Rubem. <i>Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e as suas regras</i> . São Paulo: Edições Loyola, 2000. APPOLINÁRIO, Fabio. <i>Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa</i> . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006. BARDIN, Laurence. <i>Análise de conteúdo</i> . São Paulo: Edições 70, 2011. BOAVENTURA, Edivaldo. <i>Metodologia da Pesquisa</i> . 1 ed. São Paulo: Atlas, 2011. CRESWELL, John W. <i>Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto</i> . 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 3 ed., 2010. GIBBS, Graham. <i>Análise de dados qualitativos</i> . Porto Alegre: Artmed, 2009. GRAY, David E. <i>Pesquisa no mundo real</i> . 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2012. MALHEIROS, Bruno Taranto. <i>Metodologia da pesquisa em educação</i> . Rio de Janeiro: LTC, 2011. MEKSENAS, Paulo. <i>Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas</i> . 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. MINAYO, Maria C. de S. (org.). <i>Pesquisa Social: teoria, método e criatividade</i> . 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <i>Metodologia científica</i> . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011. MOTTA-ROTH, Desirée; HENDGES, Graciela Rabuske. <i>Produção Textual na Universidade</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2010.	

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
SANTOS, João Almeida; FILHO, Domingos Parra. *Metodologia Científica*. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

4.4 Atividades complementares

As atividades complementares possuem caráter optativo. Constituirão na participação de ciclos de palestras e eventos promovidos com as temáticas que discutam Educação, Educação de Surdos e Educação Bilíngue, com o objetivo de fomentar as interfaces entre ensino, pesquisa e extensão, fazendo uma inter-relação entre as disciplinas do curso, as produções acadêmicas e os eventos externos.

4.5 Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem

Conforme a Resolução CONSUP/IFSC n 41 de 2014 o sistema de avaliação seguirá as seguintes prerrogativas: frequência mínima e avaliação de aprendizagem.

A frequência mínima será de 75% e será controlada por chamada realizada pelos professores dos componentes curriculares durante as aulas.

A avaliação dos componentes curriculares será realizada mediante verificações de aprendizagens, as quais receberão nota com valores inteiros de 0 (zero) a 10 (dez). O resultado mínimo para aprovação em um componente curricular é 6 (seis). Ao final de cada componente curricular, será feito um registro final do desempenho do aluno, da seguinte forma: **Apto**: quando o aluno apresenta requisitos mínimos para aprovação. **Não apto**: quando o aluno não apresenta os requisitos mínimos para aprovação.

Os resultados das avaliações serão publicados até 30 (trinta) dias após sua realização.

O resultado final de avaliação de cada disciplina será encaminhado à Coordenadoria de Registro Acadêmico no prazo de 30 (trinta) dias a contar da integralização da respectiva carga horária.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de novas atividades pedagógicas no decorrer do período letivo, que possam promover a aprendizagem.

I- As novas atividades ocorrerão, preferencialmente, no horário regular de aula, podendo ser criadas estratégias alternativas que atendam necessidades específicas, tais como: atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo e estudos dirigidos.

II- Ao final dos estudos de recuperação o aluno será submetido a avaliação, cujo resultado será registrado pelo professor, prevalecendo o maior valor entre o obtido na avaliação realizada antes da recuperação e o obtido na avaliação após a recuperação.

Será permitida a revisão de atividade de avaliação, por solicitação do aluno, quando o mesmo discordar da correção realizada pelo professor conforme previsto na Resolução CONSUP/IFSC n 41 de 2014.

O diploma de Especialista em “Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos” será concedido ao aluno que tiver frequência mínima de 75% no curso, (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista, nota final igual ou

superior a 6 (seis) em cada componente curricular e, aprovação, no mínimo, com nota 6 (seis) no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Aos discentes que cumprirem todos os componentes curriculares com êxito, exceto o Trabalho de Conclusão de Curso, farão jus a certificação intermediária de “Aperfeiçoamento em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos” com carga horária de 360 horas.

4.6 Trabalho de Conclusão de Curso

Ao final dos componentes curriculares, o aluno deverá elaborar o artigo científico de conclusão de curso. A elaboração, a apresentação e avaliação deste artigo observarão os seguintes critérios:

- a) A Coordenação do Curso de Especialização em parceria com os professores escolherá o orientador para a elaboração do artigo científico, sendo que o mesmo deva ser prioritariamente professor do câmpus Palhoça Bilíngue e ter titulação mínima de mestrado.
- b) O TCC deverá ser apresentado no prazo máximo de até 06 (seis) meses após a integralização de todos os componentes curriculares.
- c) Para apresentação e avaliação do TCC o discente deverá ter integralizado todos os créditos ou carga horária total dos componentes curriculares do curso.
- d) O discente em acordo com orientador poderá solicitar prorrogação para apresentação do TCC em até 06 (seis) meses, por meio de formulário próprio, sob avaliação da Coordenação do Curso.
- e) O orientador, sendo do interesse de uma das partes, poderá ser substituído em até 60 (sessenta) dias antes do prazo final de defesa do artigo, por meio de solicitação encaminhada à Coordenação de Curso que deverá analisar a justificativa apresentada e providenciar os devidos encaminhamentos.
- f) Os artigos científicos deverão ser redigidos de acordo com as normas vigentes da ABNT, ou de acordo com as normas da revista a qual se pretenda submetê-los.
- g) Após a avaliação e a aprovação do orientador, os alunos deverão enviar 3 (três) cópias aos membros da banca acompanhados de requerimento a Coordenação do Curso.
- h) Com os requisitos do item h cumpridos, a coordenação terá 30 dias letivos para organizar e marcar a data da banca de avaliação.
- i) Os membros constituintes da banca de avaliação deverão ter titulação mínima de mestrado.
- j) A comissão examinadora será presidida pelo orientador do TCC.
- k) Após a apresentação e aprovação do TCC, o discente deve entregar no prazo máximo de 1 (um) mês à coordenação de Curso, 2 (dois) exemplares da versão final do TCC, com as devidas correções, sendo: 1 (uma) cópia física a ser disponibilizada na biblioteca do Câmpus do Curso e 1(uma) cópia digital a ser publicada no site do IFSC.
- l) No ato da matrícula no curso, o discente deverá assinar o Termo de Licença Gratuita de Direito de Uso do TCC, visando à cessão total da obra, em caráter

definitivo, gratuito e não exclusivo, para divulgação, disponibilização, transmissão, reprodução, tradução, distribuição para circulação nacional e/ou estrangeira, transmissão ou emissão, publicação, em qualquer meio técnico existente ou que venha existir, sendo vedada qualquer utilização com finalidade lucrativa.

4.7 Atividades de Tutoria (para cursos EAD)

Não se aplica.

4.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente

Conforme o Regimento Didático Pedagógico do IFSC nos Art. 157 e 158 a validação de componentes curriculares pode ocorrer:

I - para o reconhecimento de estudos realizados em outro curso de mesmo nível ou superior em que obteve êxito, no IFSC ou em outra instituição;

II - para reconhecimento de saberes.

O requerimento de solicitação de validação será formalizado pelo aluno a Coordenação do Curso, no prazo estipulado no calendário acadêmico.

I- A validação pelo reconhecimento de estudos será decidida pela Coordenadoria de Curso, mediante consulta ao professor do componente curricular, fundamentada no programa de ensino e no histórico escolar do aluno, o qual devesse conter: carga horária, aproveitamento e frequência de aprovação.

II- Para a aceitação da validação, o programa do componente curricular cursado devesse contemplar no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do componente a ser validado. Além disso, a carga horária do componente curricular cursado devesse corresponder a no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) do componente a ser validado.

III- Para a validação pelo reconhecimento de saberes o aluno será analisado por uma comissão de pelo menos 2 (dois) professores do curso, preferencialmente pelo Núcleo Docente Estruturante, mediante realização de atividade avaliativa.

IV- Para os casos em que o aluno estiver matriculado no componente curricular que houver solicitado a validação, devesse frequentar as aulas até a divulgação do resultado.

V- A Coordenação de Curso poderá solicitar documentação complementar ao solicitante.

VI- No caso de deferimento o resultado será registrado no sistema acadêmico fazendo parte dos documentos oficiais do aluno.

VI- Para os casos em que o aluno estiver matriculado no componente curricular compete a Coordenação de Curso emitir parecer final do processo de validação em até 15 (quinze) dias após a data final para solicitação de validação prevista no calendário acadêmico.

VII- Para os casos em que o aluno não esteja matriculado no componente curricular o prazo para a Coordenação de Curso emitir o parecer final e o último

dia do semestre letivo em curso.

VIII A validação poderá ser solicitada apenas para componente curricular que o aluno se encontra apto a cursar atendendo aos pré-requisitos previstos no PPC.

IX- Em curso em implantação apenas componente curricular de fase já implantada poderá ser validada.

X- A validação de componentes curriculares pode ser solicitada uma única vez durante o período letivo.

Para discentes oriundo de reingresso de ofertas de edições anteriores do curso que solicitarem validação de componentes curriculares deverão realizar as adaptações curriculares previstas na RDP.

Para validação de componentes curriculares do curso será considerada a equivalência dos componentes curriculares conforme disposto na tabela 04 abaixo:

Tabela 04: Equivalência de Componentes Curriculares

História da Educação de Surdos (60h)	História da Educação de Surdos I (30h) História da Educação de Surdos II (30h) Ou História da Educação de Surdos (60h)
Cultura e Identidade Surda (60h)	Cultura e Identidade Surda I (30h) Cultura e Identidade Surda II (30h) Ou Aspectos Culturais, Indenitários e os Movimentos Surdos (60h)
Aspectos Pedagógicos Aplicados à Educação de Surdos (60h)	Aspectos Pedagógicos Aplicados à Educação de Surdos (60h)
Políticas Educacionais para Surdos (60h)	Políticas Educacionais para Surdos I (30h) Políticas Educacionais para Surdos II (30h)
Surdo e Tradução de Língua de Sinais (40h)	Surdo e Tradução de Língua de Sinais (40h) Ou Linguagem, Tradução e Interpretação em Libras/Português (60h)
Seminário de Pesquisa (80h)	Seminário de Pesquisa I (30h) Seminário de Pesquisa II (60) Ou Seminário de Pesquisa (60h)

4.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica

Dadas as diretrizes nacionais para a educação, a proposição de um curso de Pós-graduação *Lato Sensu* obrigatoriamente tem como pressuposto o intrínseco relacionamento entre as esferas de ensino, pesquisa e extensão.

Os estudantes serão incentivados ao longo do curso a unirem o estudo aprofundado das questões educacionais, proporcionado pelas atividades de ensino-aprendizagem e de pesquisa, à proposição de ações de extensão em diversos contextos de atuação, de modo a provocar o processo reflexivo que permite que teorias e práticas iluminem-se mutuamente, propiciando o desenvolvimento de saberes e práticas mais efetivas para a atuação profissional. Profissionais com capacidade de aliar a análise

crítica desses aspectos a compromissos éticos e políticos firmados com as comunidades nas quais atuam certamente serão promotores do empoderamento cidadão.

As atividades didático-pedagógicas previstas nas disciplinas envolverão a produção de artigos científicos, seminários de pesquisa, participação em eventos científicos e o aprendizado acerca de projetos de extensão.

5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

5.1 Coordenador do Curso

Coordenador do Curso: Edimara Lúcia Rupolo

E-mail: edimara.rupolo@ifsc.edu.br

Telefone: (48) 3341-9700

Graduação: Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Mestrado: Mestre em Geografia, Universidade Estadual de Maringá

Carga Horária: 40

Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva

5.2 Corpo Docente

Os componentes curriculares serão ministrados por um dos servidores elencados a seguir:

Componente curricular	Docente	Titulação		Instituição
		Graduação	Pós-graduação	
História da Educação de Surdos	Eduardo dos Santos Chaves	História	Mestrado em História	UNISINOS
	Gabriele Vieira Neves	História	Mestrado em Educação	UCS
	Janaí de Abreu Pereira	Artes Plásticas e Educação Artística	Mestrado em Artes Visuais	UDESC
Cultura e Identidade Surda	Fabício Mahler Ramos	Letras-Libras e Educação Física	Mestrado em Educação	ULBRA UFSC
	Simone G. Lima da Silva	Pedagogia	Doutorado em Linguística	UFSC UDESC
	Danielli Vieira	Ciências Sociais	Doutorado em Antropologia Social	UFSC
Políticas Educacionais para Surdos	Simone G. Lima da Silva	Pedagogia	Doutorado em Linguística	UFSC UDESC
	Eliana Cristina Bär	Pedagogia	Mestrado em Educação	UFSC
	Márcia Dilma Felício	Pedagogia	Mestrado em Estudos da Tradução	UFSC
Aspectos Pedagógicos Aplicados à Educação de Surdos	Eliana Cristina Bär	Pedagogia	Mestrado em Educação	UFSC
	Aline Miguel da Silva dos Santos	Pedagogia e Letras-Libras	Mestrado em Estudos da Tradução	UFSC USJ
	Débora Casali	Psicologia	Mestrado em Saúde do Trabalho	UNIVALI
Surdo e Tradução de Língua de Sinais	Márcia Dilma Felício	Pedagogia	Mestrado em Estudos da Tradução	UFSC

	Silvana Nicoloso	Educação Especial	Doutorado em Estudos da Tradução	UFSC UFSM
	Saionara Figueiredo Santos	Saneamento	Mestrado em Educação Ambiental	FURG CENTEC
Seminário de Pesquisa	Silvana Nicoloso	Educação Especial	Doutorado em Estudos da Tradução	UFSC UFSM
	Janaí de Abreu Pereira	Artes Plásticas e Educação Artística.	Mestrado em Artes Visuais	UDESC
	Gígi Anne Horbatiuk Sedor	Filosofia	Doutorado em Filosofia	UFSC USP
Trabalho de Conclusão de Curso	Diversos docentes-orientadores	-	-	-

5.3 Colegiado do Curso

Poderá ser instituído, um Núcleo Docente Estruturante, formado por 4 (quatro) docentes e o Coordenador do Curso, para deliberações de temas pertinentes ao curso.

6 INFRAESTRUTURA FÍSICA

6.1 Instalações gerais e equipamentos

A Instituição dispõe da seguinte infraestrutura básica para o funcionamento do curso de Especialização:

Secretaria: composta por 01 (um) computador conectado à internet e impressora/fotocopiadora para atendimento ao público e 03 (três) computadores para uso dos técnicos educacionais, telefones, ar condicionado e 01 (uma) impressoras/fotocopiadora. O espaço possui janelas para adequada ventilação e iluminação natural. A iluminação artificial é composta por luzes frias.

Coordenações de curso e chefia de ensino: possuem gabinetes próprios equipados com computadores.

Sala de reuniões: equipada com projetor conectado à internet (lousa digital), comporta até 20 pessoas. O espaço possui janelas para adequada ventilação e iluminação natural. A iluminação artificial é composta por luzes frias.

Sala de vídeo conferência: possui 58m², quadro branco, 1 (um) computador, projetor e tela para multimídia e acesso à Internet, equipada com televisão LED de 60" equipamento Blu-ray e equipamentos para vídeo conferência. O espaço possui janelas para adequada ventilação e iluminação natural. A iluminação artificial é composta por luzes frias.

Sala para docentes: composta por 02 (duas) salas com 58m² contendo cada uma 20 bancadas próprias de trabalho com computadores, ar condicionado, armários individuais, acesso via rede a equipamento de impressão/fotocopiadora. O espaço possui janelas para adequada ventilação e iluminação natural. A iluminação artificial é composta por luzes frias.

6.2 Sala de Aula

Possui 8 (oito) salas de aula possui 58m², quadro branco, 1 (um) computador,

projektor e tela para multimídia e acesso à Internet com capacidade para 40 carteiras. O espaço possui janelas para adequada ventilação e iluminação natural. A iluminação artificial é composta por luzes frias.

6.3 Laboratório de Informática

O Câmpus Palhoça Bilíngue conta atualmente com 2 (dois) Laboratórios de Informática e 02 (dois) Laboratórios de Multimídia, equipados com quadro branco, projetor, computadores, conforme descritos nos quadros a seguir:

Laboratório de Informática 1

Item	Quantidade
Computador do professor - Desktop com monitor 19" - Configuração: Core2 Duo 2,93GHz HD 250GB 2GB de Memória Ram – Sistema Operacional Windows 7	01
Projetor Multimídia ligado ao computador do Professor com tela de projeção.	01
Computador de uso geral - Desktop com monitor 19" - Configuração: Core2 Duo 2,93GHz HD250 GB 2GB de Memória Ram – Sistema Operacional Windows 7	18
Scanner para digitalização de documentos e imagens.	01

Laboratório de Informática 2

Item	Quantidade
Computador do professor - Desktop com monitor 23" - Configuração: Core i7 2,93GHz HD 2 TB e 16 GB de Memória Ram – Sistema Operacional Windows 7	01
Projetor Multimídia ligado ao computador do Professor com tela de projeção.	01
Computador do professor - Desktop com monitor 23" - Configuração: Core i7 2,93GHz HD 2 TB e 16 GB de Memória Ram – Sistema Operacional Windows 7	15
Scanner para digitalização de documentos e imagens.	01

Laboratório de Multimídia 1

Item	Quantidade
Computador do professor - Desktop com monitor 23" - Configuração: Core i7 2,93GHz HD 2 TB e 16 GB de Memória Ram – Sistema Operacional Windows 7	01
Projetor Multimídia ligado ao computador do Professor com tela de projeção.	01
Computador do professor - Desktop com monitor 23" - Configuração: Core i7 2,93GHz HD 2 TB e 16 GB de Memória Ram – Sistema Operacional Windows 7	20
Scanner para digitalização de documentos e imagens.	01

Laboratório de Multimídia 2

Item	Quantidade
Computador do professor - Desktop com monitor 23" - Configuração: Core i7 2,93GHz HD 2 TB e 16 GB de Memória Ram – Sistema Operacional Windows 7	01
Projetor Multimídia ligado ao computador do Professor com tela de projeção.	01
Computador do professor - Desktop com monitor 23" - Configuração: Core i7 2,93GHz HD 2 TB e 16 GB de Memória Ram – Sistema Operacional Windows 7	20
Scanner para digitalização de documentos e imagens.	01

6.4 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD)

Não se aplica.

6.5 Sala de tutoria (para cursos EAD)

Não se aplica

6.6 Suportes midiáticos (para cursos EAD)

Não se aplica

6.7 Biblioteca

A biblioteca está atualmente estruturada em 79m², possui 4 (quatro) computadores para uso dos servidores, 8 (oito) para uso dos alunos, assim como mesas coletivas. A biblioteca esta aberta nos três turnos de funcionamento do câmpus.

O espaço possui janelas adequadas para ventilação e iluminação natural. A iluminação artificial é composta por luzes frias.

O acervo bibliográfico específico que atendem os cursos ofertados pelo câmpus: Multimídia e Educação Bilíngue. A biblioteca possui computadores ligados à Internet com acesso ao portal de periódicos da CAPES e ao sistema Sophia Biblioteca. Com o sistema Sophia Biblioteca a comunidade acadêmica pode realizar consultas pela internet do acervo de todas as bibliotecas do IFSC integradas ao sistema.

Os principais serviços oferecidos pela Biblioteca são:

- Consulta local e on-line ao acervo;
- Empréstimo domiciliar;
- Reserva de material local e on-line;
- Renovação de empréstimo local e on-line;
- Levantamento bibliográfico;
- Orientação na normalização de trabalhos acadêmicos;
- Serviços de referência e visitas orientadas;

7 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A Resolução CEPE/IFSC 105/2011 republicada em 2016 dispõe sobre a auto avaliação promovida pelo Coordenador do Curso com a participação do corpo docente e discente ao final dos componentes curriculares (3ºSemestre). A avaliação do curso será contínua, serão considerados: fatores que implicam na permanência e êxito dos alunos no curso; atendimento dos objetivos do curso; atendimento do público alvo e perfil do egresso; estratégias de ensino aprendizagem na perspectiva bilíngue para a pós graduação (*Lato Sensu*).

A avaliação do curso se dará por meio dos seguintes instrumentos:

- a) reuniões pedagógicas, realizadas semestralmente com a Coordenação de Curso, corpo docente do semestre e/ou Núcleo Docente Estruturante;
- b) documental, por meio de dados institucionais de matrícula, cancelamento e

abandono;

c) avaliação dos alunos, por meio de questionário ao final do 3º Semestre.

Parecer do Núcleo Pedagógico do Câmpus Palhoça Bilíngue segue em anexo (Anexo I)

8 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO

A oferta do curso de Especialização em Educação de Surdos (*Lato Sensu*), no Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Palhoça Bilíngue, foi aprovada em reunião de Colegiado em 16 de maio de 2016, Parecer CEPE (XXXXX), Parecer CONSUP (XXXXX).

A autorização de oferta do curso segue em anexo:

Parecer do Colegiado do Câmpus Palhoça Bilíngue (Anexo II)

Parecer do CEPE (Anexo III)

Parecer do CONSUP (Anexo IV)

9 ANEXO

Anexo I - Parecer do Núcleo Pedagógico

Anexo II - Parecer do Colegiado do Câmpus Palhoça Bilíngue

Anexo III - Parecer do CEPE

Anexo IV - Parecer do CONSUP